

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Nas questões que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS GERAIS --

Texto CG1A1

Como nasceu Brasília? A resposta é simples. Como todas as grandes iniciativas, surgiu quase de um nada. A ideia da interiorização da capital do país era antiga, remontando à época da Inconfidência Mineira. A partir daí, viera rolando pelas diferentes fases da nossa história: o fim da era colonial, os dois reinados e os sessenta e seis anos da República, até 1955. Pregada por alguns idealistas, chegou, mesmo, a se converter em dispositivo constitucional. No entanto, a despeito dessa prolongada hibernação, nunca aparecera alguém suficientemente audaz para dar-lhe vida e convertê-la em realidade.

Coube a mim levar a efeito a audaciosa tarefa. Não só promovi a interiorização da capital, no exíguo período do meu governo, mas, para que essa mudança se processasse em bases sólidas, construí, em pouco mais de três anos, uma metrópole inteira — moderna, urbanisticamente revolucionária —, que é Brasília.

Yuri Gagarin, o famoso astronauta, disse-me ao ver Brasília pela primeira vez: “A ideia que tenho, presidente, é a de que estou desembarcando em um planeta diferente, que não a Terra”.

De fato, o cenário de Brasília tem aspectos realmente singulares. As cúpulas do Palácio do Congresso, uma côncava e outra convexa; a imponência da Praça dos Três Poderes, refletindo o brilho de suas sucessivas fachadas de vidro; o Palácio do Supremo Tribunal de Justiça, apoiado em alicerces tão tênues que dão a impressão de que o edifício não toca o chão, mas flutua; a beleza do Palácio da Alvorada, concebido em linhas de uma harmonia tão perfeita que o traçado de suas colunas *sui generis* já é motivo ornamental até de certo tipo de louça sofisticada. Tudo ali é diferente, revolucionário. Reflete uma estética urbanística única no mundo. E, sobre o acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano, estende-se o infinito do horizonte rasgado do Planalto — um horizonte baixo, que lembra as vastidões marinhas e que, sendo enorme, serve de palco, pela manhã e à tarde, aos mais deslumbrantes jogos de luz de que é capaz a natureza.

Assim é Brasília em uma visão caleidoscópica, sem se recordar o seu todo urbanístico — os blocos residenciais; o Eixo Monumental; a audaciosa torre de telecomunicações com seu restaurante panorâmico; as famosas “quadras” autossuficientes, recordando, em uma feição moderna, as comunidades medievais; e, sobretudo, o lago artificial, com 600 milhões de metros cúbicos de água, dotado de praias, iate clube, barcos a vela e toda natureza de esportes aquáticos.

No mundo existem algumas cidades artificiais, isto é, não nascidas por imposições sociopolíticas, mas erigidas por iniciativa de reis ou de governantes. A construção de todas elas arrastou-se por anos, e algumas, apesar do tempo passado, ainda não estão de todo concluídas. Por outro lado, nenhuma delas possui uma história própria — uma história de heroísmo, audácia, determinação e espírito de pioneirismo épico, que

representou sua construção, exibe uma insígnia que lhe empresta importância ímpar, quando posta em comparação com suas congêneres. A nova capital, descontada sua grandiosidade arquitetônica, permitiu que dois terços do nosso território — que eram desalentadores “espaços vazios” — fossem conquistados. Pode-se dizer assim, e com a maior segurança, que o Brasil só se tornou adulto depois da construção de Brasília.

Juscelino Kubitschek. **Por que construí Brasília.**
Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000 (com adaptações).

Questão 1

No primeiro parágrafo do texto CG1A1, o segmento “Como todas as grandes iniciativas” (terceiro período) expressa uma

- A consequência.
- B causa.
- C condição.
- D comparação.
- E circunstância de proporcionalidade.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** A circunstância expressa no segmento em apreço é de comparação, já que a ideia é comparar Brasília a todas as grandes iniciativas pelo fato de ter surgido “quase de um nada”. A substituição do conectivo “Como” por outras expressões comparativas (“Tal qual”, “Assim como”) atesta esse sentido. Todas as grandes iniciativas não foram uma consequência do surgimento de Brasília, logo a opção está **incorreta**.*/

||B|| - **Incorreta.** A circunstância expressa no segmento em apreço é de comparação, já que a ideia é comparar Brasília a todas as grandes iniciativas pelo fato de ter surgido “quase de um nada”. A substituição do conectivo “Como” por outras expressões comparativas (“Tal qual”, “Assim como”) atesta esse sentido. Todas as grandes iniciativas não foram a causa do surgimento de Brasília, logo a opção está **incorreta**.*/

||C|| - **Incorreta.** A circunstância expressa no segmento em apreço é de comparação, já que a ideia é comparar Brasília a todas as grandes iniciativas pelo fato de ter surgido “quase de um nada”. A substituição do conectivo “Como” por outras expressões comparativas (“Tal qual”, “Assim como”) atesta esse sentido. Todas as grandes iniciativas não foram condição para o surgimento de Brasília, logo a opção está **incorreta**.*/

||D|| - **Correta.** A circunstância expressa no segmento em apreço é de comparação, já que a ideia é comparar Brasília a todas as grandes iniciativas pelo fato de ter surgido “quase de um nada”. A substituição do conectivo “Como” por outras expressões comparativas (“Tal qual”, “Assim como”) atesta esse sentido.*/

||E|| - **Incorreta.** A circunstância expressa no segmento em apreço é de comparação, já que a ideia é comparar Brasília a todas as grandes iniciativas pelo fato de ter surgido “quase de um nada”. A substituição do conectivo “Como” por outras expressões comparativas (“Tal qual”, “Assim como”) atesta esse sentido. Não há relação de proporcionalidade no período.*/

Questão 2

Assinale a opção que apresenta uma proposta de reescrita que é gramaticalmente correta e preserva o sentido do seguinte trecho do texto CG1A1: “sobre o acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano” (último período do quarto parágrafo).

- A acima do acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano
- B com relação ao acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano
- C encima do acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano
- D quanto o acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano
- E acerca do acúmulo das maravilhas criadas pelo gênio humano

JUSTIFICATIVAS

||A|| - **Correta.** O último período do quarto parágrafo transmite a ideia de que o horizonte do Planalto se estende sobre a paisagem arquitetônica de Brasília, então se trata da localização do horizonte acima/em cima dessa paisagem. A reescrita proposta preserva, portanto, o sentido do texto, bem como está gramaticalmente **correta**, visto que “acima” é sinônimo de “sobre” no caso.*/

||B|| - **Incorreta.** A substituição de “sobre o” por “com relação ao” altera o sentido original do texto, pois o trecho em apreço não tem sentido de assunto; trata-se da localização do horizonte acima/em cima dessa paisagem.*/

||C|| - **Incorreta.** O registro “encima” como preposição é incorreto. A forma preposicional **correta** seria “em cima”.*/

||D|| - **Incorreta.** A substituição de “sobre” por “quanto” altera o sentido original do texto, pois o trecho em apreço não tem sentido de assunto; além disso, a construção “quanto o” é gramaticalmente **incorreta**.*/

||E|| - **Incorreta.** A substituição de “sobre o” por “acerca do” altera o sentido original do texto, pois o trecho em apreço não tem sentido de assunto.*/

Questão 3

O objetivo central do texto CG1A1 é

- A classificar os pontos turísticos de Brasília.
- B comprovar a necessidade de criação de uma nova capital federal.
- C comparar diferentes pontos de vista acerca da estética urbanística e arquitetônica de Brasília.
- D abordar, em uma perspectiva pessoal, a história da construção de Brasília e as singularidades dessa cidade.
- E explicar o rápido processo de construção de cidades artificiais como Brasília.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - **Incorreta.** Embora sejam mencionados alguns locais que hoje são pontos turísticos, não há intenção de classificá-los no texto.*/

||B|| - **Incorreta.** No texto, não há trechos que busquem comprovar a necessidade de criação de Brasília.*/

||C|| - **Incorreta.** O texto não aborda diferentes pontos de vista acerca da estética urbanística e arquitetônica de Brasília, pois se desenvolve exclusivamente a partir da perspectiva do autor acerca da cidade.*/

||D|| - **Correta.** O texto mescla fatos históricos do processo de construção de Brasília e a opinião pessoal do autor acerca das características únicas dessa cidade.*/

||E|| - **Incorreta.** Não é objetivo central do texto explicar o processo de construção de cidades artificiais, embora haja menção a esse tema no último parágrafo.*/

Questão 4

No primeiro parágrafo do texto CG1A1, a forma pronominal empregada em “convertê-la” (último período) retoma

- A “República” (quinto período).
- B “A resposta” (segundo período).
- C “A ideia da interiorização da capital do país” (quarto período).
- D “prolongada hibernação” (último período).
- E “vida” (último período).

JUSTIFICATIVAS

||A|| - **Incorreta.** A forma pronominal empregada em “convertê-la” retoma “A ideia da interiorização da capital do país”, como se pode comprovar pela sequência coesiva do parágrafo, dado que esta expressão funciona como sujeito referencial das formas verbais “remontando”, “viera” e “chegou”. Além disso, o final do último período transmite o sentido de dar vida à citada ideia de interiorização da capital e converter essa ideia em realidade; não se trata, pois, de retomar o termo “República”.*/

||B|| - **Incorreta.** A forma pronominal empregada em “convertê-la” retoma “A ideia da interiorização da capital do país”, como se pode comprovar pela sequência coesiva do parágrafo, dado que esta expressão funciona como sujeito referencial das formas verbais “remontando”, “viera” e “chegou”. Além disso, o final do último período transmite o sentido de dar vida à citada ideia de interiorização da capital e converter essa ideia em realidade; não se trata, pois, de converter “A resposta” em realidade.*/

||C|| - **Correta.** A forma pronominal empregada em “convertê-la” retoma “A ideia da interiorização da capital do país”, como se pode comprovar pela sequência coesiva do parágrafo, dado que esta expressão funciona como sujeito referencial das formas verbais “remontando”, “viera” e “chegou”. Além disso, o final do último período transmite o sentido de dar vida à citada ideia de interiorização da capital e converter essa ideia em realidade.*/

||D|| - **Incorreta.** A forma pronominal empregada em “convertê-la” retoma “A ideia da interiorização da capital do país”, como se pode comprovar pela sequência coesiva do parágrafo, dado que esta expressão funciona como sujeito referencial das formas verbais “remontando”, “viera” e “chegou”. Além disso, o final do último período transmite o sentido de dar vida à citada ideia de interiorização da capital e converter essa ideia em realidade; não se trata, pois, de converter a “prolongada hibernação” em realidade.*/

||E|| - **Incorreta.** A forma pronominal empregada em “convertê-la” retoma “A ideia da interiorização da capital do país”, como se pode comprovar pela sequência coesiva do parágrafo, dado que esta expressão funciona como sujeito referencial das formas verbais “remontando”, “viera” e “chegou”. Além disso, o final do último período transmite o sentido de dar vida à citada ideia de interiorização da capital e converter essa ideia em realidade; não se trata, pois, de converter a “vida” em realidade.*/

Questão 5

No segundo período do quarto parágrafo do texto CG1A1, o sinal de ponto e vírgula, em todas as suas ocorrências,

- A marca subordinação entre orações, a fim de estabelecer uma comparação entre suas ideias.
- B separa trechos coordenados nos quais há subdivisão por vírgula.
- C organiza elementos em uma gradação.
- D tem o mesmo papel do ponto final, porém se diferencia dele por sinalizar pausas mais acentuadas.
- E contribui para a coesão textual ao formar pequenos trechos com os elementos que compõem um sujeito composto.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Os segmentos separados pelo sinal de ponto e vírgula não são orações subordinadas entre si, tampouco há comparação entre suas ideias.*/

||B|| - **Correta.** As ocorrências de ponto e vírgula, no período em questão, justificam-se para alongar pausas em trechos coordenados em que já existem vírgulas.*/

||C|| - **Incorreta.** Não há gradação entre os elementos separados pelo ponto e vírgula no período em análise.*/

||D|| - **Incorreta.** O ponto final marca pausa mais acentuada que a sinalizada pelo ponto e vírgula.*/

||E|| - **Incorreta.** Os elementos separados por ponto e vírgula não formam um sujeito composto.*/

Questão 6

O sentido original e a correção gramatical do trecho “A construção de todas elas arrastou-se por anos, e algumas, apesar do tempo passado, ainda não estão de todo concluídas” (segundo período do último parágrafo do texto CG1A1) seriam preservados caso

- Ⓐ a expressão “apesar do” fosse substituída por **mesmo que o**.
- Ⓑ a forma verbal “arrastou” fosse flexionada no plural — **arrastaram**.
- Ⓒ a ênclise do pronome “se” fosse alterada para sua próclise — **se arrastou**.
- Ⓓ a palavra **dela** fosse incluída imediatamente após “algumas”.
- Ⓔ o vocábulo “concluídas” fosse substituído por **concluído**.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** A substituição sugerida resultaria em incorreção gramatical porque o trecho “apesar do tempo passado” não constitui uma oração desenvolvida.*/

||B|| - **Incorreta.** A alteração proposta acarretaria prejuízo à correção gramatical do texto porque o núcleo do sujeito é termo no singular: “construção”.*/

||C|| - **Correta.** No período em análise, são opcionais a próclise e a ênclise pronominal.*/

||D|| - **Incorreta.** O termo está no singular. Assim, a alteração proposta não manteria a correção gramatical do trecho.*/

||E|| - **Incorreta.** A alteração proposta acarretaria prejuízo à correção gramatical e ao sentido do texto porque o termo “concluídas” funciona como predicativo do sujeito, o qual é feminino plural.*/

Questão 7

O quarto e o quinto parágrafos do texto CG1A1 desenvolvem-se com base em sequências tipológicas predominantemente

- Ⓐ narrativas.
- Ⓑ descritivas.
- Ⓒ expositivas.
- Ⓓ injuntivas.
- Ⓔ argumentativas.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O quarto e o quinto parágrafos não são essencialmente narrativos, já que a narração pressupõe a exposição de acontecimentos no tempo.*/

||B|| - **Correta.** O quarto e o quinto parágrafos podem ser considerados essencialmente descritivos, já que se organizam em uma ordem linear não obrigatória e têm uma orientação não agentiva e atemporal, particularizando-se o objeto tematizado com base em suas características.*/

||C|| - **Incorreta.** O quarto e o quinto parágrafos não são essencialmente expositivos, já que a exposição pressupõe a apresentação de um tema de forma menos pessoal, com o intuito mais específico de informar o leitor.*/

||D|| - **Incorreta.** Não há sequências injuntivas nos quarto e quinto parágrafos, pois não é dada nenhuma instrução ou ordem ao leitor.*/

||E|| - **Incorreta.** O quarto e o quinto parágrafos não são essencialmente argumentativos, já que o foco não está em defender um ponto de vista nesses trechos; o autor utiliza de sequências descritivas nesses parágrafos para a defesa do seu ponto de vista nos demais.*/

Questão 8

Acerca de aspectos relativos a formas verbais empregadas no texto CG1A1, julgue os itens a seguir.

- I No primeiro parágrafo, as formas verbais “surgiu” (terceiro período) e “viera” (quinto período) estão flexionadas nos mesmos tempo e modo verbais, designando ações já concluídas.
- II A forma verbal “aparecera” (último período do primeiro parágrafo) estabelece concordância com o termo “alguém”.
- III No trecho “No mundo existem algumas cidades artificiais” (início do último parágrafo), a substituição de “existem” por **há** manteria o sentido e a correção gramatical do texto.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item III está certo.
- Ⓒ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O item I está errado, pois a forma verbal “surgiu” está flexionada no pretérito perfeito, e a forma verbal “viera”, no pretérito mais-que-perfeito.*/

||B|| - **Incorreta.** Embora realmente o item III esteja certo, o item II também está, logo o item III não é o único certo.*/

||C|| - **Incorreta.** O item I está errado, pois a forma verbal “surgiu” está flexionada no pretérito perfeito, e a forma verbal “viera”, no pretérito mais-que-perfeito.*/

||D|| - **Correta.** O item II está certo, pois o sujeito gramatical da oração está posposto. O item III também está certo, pois o verbo “haver”, quando na acepção de existir, é impessoal e, portanto, não admite flexão de número, sendo **correta** sua flexão no singular em substituição à forma verbal “existem”.*/

||E|| - **Incorreta.** Não estão certos todos os itens. O item I está errado, pois a forma verbal “surgiu” está flexionada no pretérito perfeito, e a forma verbal “viera”, no pretérito mais-que-perfeito.*/

Questão 9

A respeito do emprego do sinal indicativo de crase no texto CG1A1, julgue os itens que se seguem.

- I No trecho “remontando à época da Inconfidência Mineira” (quarto período do primeiro parágrafo), o emprego do acento grave no vocábulo “à” justifica-se pela regência do verbo **remontar** e pelo caráter definido do termo feminino “época”.
- II É facultativo o emprego do acento grave no vocábulo “a” em “a mim” (primeiro período do segundo parágrafo).
- III É obrigatório o uso do acento grave no vocábulo “à” em “à tarde” (último período do quarto parágrafo).

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓒ Apenas os itens I e III estão certos.
- Ⓓ Apenas os itens II e III estão certos.
- Ⓔ Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Os itens I e III estão certos.*/

||B|| - **Incorreta.** O item II está errado, pois é impossível a ocorrência de crase diante do pronome “mim”.*/

||C|| - **Correta.** O item I está certo, pois o verbo **remontar** exige complemento introduzido pela preposição **a**, e sua combinação com o artigo definido feminino **a** gera o fenômeno da crase. O item II está errado, pois é impossível a ocorrência de crase diante do pronome “mim”. O item III está certo, pois sempre é marcada a crase na expressão adverbial “à tarde”.*/

||D|| - **Incorreta.** O item II está errado, pois é impossível a ocorrência de crase diante do pronome “mim”.*/

||E|| - **Incorreta.** Apenas os itens I e III estão certos.*/

Questão 10

No segundo período do segundo parágrafo do texto CG1A1, o vocábulo “exíguo” está empregado com o mesmo sentido de

- A difícil.
- B áureo.
- C derradeiro.
- D excelente.
- E curto.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O adjetivo “exíguo” significa o mesmo que “pequeno, apertado, escasso, insuficiente”, isto é, algo de pequena proporção, portanto não é sinônimo de “difícil”.*/

||B|| - **Incorreta.** O adjetivo “exíguo” significa o mesmo que “pequeno, apertado, escasso, insuficiente”, isto é, algo de pequena proporção, ao passo que “áureo” diz respeito a algo primoroso, esplêndido, que tem primazia sobre os demais; portanto, tais vocábulos não são sinônimos.*/

||C|| - **Incorreta.** O adjetivo “exíguo” significa o mesmo que “pequeno, apertado, escasso, insuficiente”, isto é, algo de pequena proporção, ao passo que “derradeiro” corresponde a um último termo numa ordem temporal, algo que não seja sucedido por mais nada; portanto, tais vocábulos não são sinônimos.*/

||D|| - **Incorreta.** O adjetivo “exíguo” significa o mesmo que “pequeno, apertado, escasso, insuficiente”, isto é, algo de pequena proporção, portanto não é sinônimo de “excelente”.*/

||E|| - **Correta.** O adjetivo “exíguo” significa o mesmo que “pequeno, apertado, escasso, insuficiente”, isto é, algo de pequena proporção, portanto pode ser considerado sinônimo de “curto”, considerados os sentidos do texto.*/

Questão 11

Se oito pessoas disputam um prêmio de R\$ 800 que será distribuído igualmente entre cinco dessas pessoas, então o número de maneiras possíveis de se distribuir esse prêmio será igual a

- A 13.
- B 40.
- C 56.
- D 100.
- E 160.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Como os prêmios devem ser divididos igualmente, a ordem da escolha dos premiados não é relevante para a contagem. Como cinco pessoas devem receber, não pode haver repetição. Essas são as características de uma combinação simples. Assim, o número de maneiras de se distribuir o prêmio é $C(8,5) = 8!/(3! \times 5!) = 8 \times 7 = 56$.*/

||B|| - **Incorreta.** Como os prêmios devem ser divididos igualmente, a ordem da escolha dos premiados não é relevante para a contagem. Como cinco pessoas devem receber, não pode haver repetição. Essas são as características de uma combinação simples. Assim, o número de maneiras de se distribuir o prêmio é $C(8,5) = 8!/(3! \times 5!) = 8 \times 7 = 56$.*/

||C|| - **Correta.** Como os prêmios devem ser divididos igualmente, a ordem da escolha dos premiados não é relevante para a contagem. Como cinco pessoas devem receber, não pode haver repetição. Essas são as características de uma combinação simples. Assim, o número de maneiras de se distribuir o prêmio é $C(8,5) = 8!/(3! \times 5!) = 8 \times 7 = 56$.*/

||D|| - **Incorreta.** Como os prêmios devem ser divididos igualmente, a ordem da escolha dos premiados não é relevante para a contagem. Como cinco pessoas devem receber, não pode haver repetição. Essas são as características de uma combinação simples. Assim, o número de maneiras de se distribuir o prêmio é $C(8,5) = 8!/(3! \times 5!) = 8 \times 7 = 56$.*/

||E|| - **Incorreta.** Como os prêmios devem ser divididos igualmente, a ordem da escolha dos premiados não é relevante para a contagem. Como cinco pessoas devem receber, não pode haver repetição. Essas são as características de uma combinação simples. Assim, o número de maneiras de se distribuir o prêmio é $C(8,5) = 8!/(3! \times 5!) = 8 \times 7 = 56$.*/

Questão 12

Considere que, para determinado planeta, o cubo do raio médio da órbita e o quadrado do período de translação são grandezas diretamente proporcionais. Nesse caso, assumindo que o raio médio da órbita da Terra é de uma unidade astronômica (UA) e o de Marte é de 1,5 UA, assinale a opção cujo intervalo contém, em anos terrestres, o período de translação de Marte (t_M).

- A $1,0 \leq t_M < 1,5$
- B $1,5 \leq t_M < 2,0$
- C $2,0 \leq t_M < 2,5$
- D $2,5 \leq t_M < 3,0$
- E $3,0 \leq t_M < 4,0$

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o enunciado, $r^3 = kt^2$. Logo, proporcionalmente, $\frac{r_T^3}{t_T^2} = \frac{r_M^3}{t_M^2}$. Então, se o raio médio da órbita da

Terra é 1 UA e o período de translação da Terra é 1 ano, $\frac{r_T^3}{t_T^2} = 1 \rightarrow t_M^2 = r_M^3 \rightarrow t_M = \sqrt{r_M^3}$. Assim, $t_M \approx 1,8$.*/

||B|| - **Correta.** De acordo com o enunciado, $r^3 = kt^2$. Logo, proporcionalmente, $\frac{r_T^3}{t_T^2} = \frac{r_M^3}{t_M^2}$. Então, se o raio médio da órbita da

Terra é 1 UA e o período de translação da Terra é 1 ano, $\frac{r_T^3}{t_T^2} = 1 \rightarrow t_M^2 = r_M^3 \rightarrow t_M = \sqrt{r_M^3}$. Assim, $t_M \approx 1,8$.*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o enunciado, $r^3 = kt^2$. Logo, proporcionalmente, $\frac{r_T^3}{t_T^2} = \frac{r_M^3}{t_M^2}$. Então, se o raio médio da órbita da

Terra é 1 UA e o período de translação da Terra é 1 ano, $\frac{r_T^3}{t_T^2} = 1 \rightarrow t_M^2 = r_M^3 \rightarrow t_M = \sqrt{r_M^3}$. Assim, $t_M \approx 1,8$.*/

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o enunciado, $r^3 = kt^2$. Logo, proporcionalmente, $\frac{r_T^3}{t_T^2} = \frac{r_M^3}{t_M^2}$. Então, se o raio médio da órbita da

Terra é 1 UA e o período de translação da Terra é 1 ano, $\frac{r_T^3}{t_T^2} = 1 \rightarrow t_M^2 = r_M^3 \rightarrow t_M = \sqrt{r_M^3}$. Assim, $t_M \approx 1,8$.*/

||E|| - **Incorreta.** De acordo com o enunciado, $r^3 = kt^2$. Logo, proporcionalmente, $\frac{r_T^3}{t_T^2} = \frac{r_M^3}{t_M^2}$. Então, se o raio médio da órbita da

Terra é 1 UA e o período de translação da Terra é 1 ano, $\frac{r_T^3}{t_T^2} = 1 \rightarrow t_M^2 = r_M^3 \rightarrow t_M = \sqrt{r_M^3}$. Assim, $t_M \approx 1,8$.*/

Questão 13

	A	B	C	D
1	Consumo	jan	fev	mar
2	A	3	5	7
3	B	1	4	6
4				

Considerando a figura precedente, que ilustra parte de uma planilha em edição no MS Excel 365, assinale a opção que apresenta o resultado que será obtido ao se inserir, na célula B4, a fórmula =MÉDIASE(B2:D3; ">4").

- A 6
- B 3
- C 5,5
- D 4,3
- E 22

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Correta.** A seguir se evidencia o resultado correto:

B4 =MÉDIASE(B2:D3;">4")

	A	B	C	D	E	F
1	Consumo	jan	fev	mar		
2	A	3	5	7		
3	B	1	4	6		
4		6				

||B|| - **Errada.** A seguir se evidencia o resultado correto:

B4 =MÉDIASE(B2:D3;">4")

	A	B	C	D	E	F
1	Consumo	jan	fev	mar		
2	A	3	5	7		
3	B	1	4	6		
4		6				

||C|| - **Errada.** A seguir se evidencia o resultado correto:

B4 =MÉDIASE(B2:D3;">4")

	A	B	C	D	E	F
1	Consumo	jan	fev	mar		
2	A	3	5	7		
3	B	1	4	6		
4		6				

||D|| - **Errada.** A seguir evidencia-se o resultado correto:

B4 =MÉDIASE(B2:D3;">4")

	A	B	C	D	E	F
1	Consumo	jan	fev	mar		
2	A	3	5	7		
3	B	1	4	6		
4		6				

||E|| - **Errada.** A seguir evidencia-se o resultado correto:

B4 =MÉDIASE(B2:D3;">4")

	A	B	C	D	E	F
1	Consumo	jan	fev	mar		
2	A	3	5	7		
3	B	1	4	6		
4		6				

Questão 14

- Intel Core Ultra 9 185H de 5,1 GHz (turbo) 16 núcleos e cache 24 MB
- 64 GB DDR5 5.600 MHz
- monitor de 16 polegadas (3.840p × 2.400p)
- placa gráfica Nvidia RTX 8GB GDDR6
- SSD 2 TB padrão PCIe NVMe (5.000 Mbps)

Em relação aos itens precedentes, referentes à configuração de determinado computador, é correto afirmar que

- A 5,1 GHz é a frequência que determina a velocidade do processador, medida de acordo com a quantidade de ciclos que o componente consegue realizar a cada segundo.
- B 16 núcleos é a quantidade de *threads* que o processador pode executar ao mesmo tempo, ou seja, nesse processador podem ser executadas até 16 milhões de instruções em paralelo.
- C 64 GB DDR5 é a quantidade de armazenamento não volátil do computador.
- D cache 24 MB é a capacidade total de armazenamento utilizado para realizar *overclock* até o limite dessa capacidade.
- E 2 TB é a quantidade total de armazenamento no disco magnético do computador.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Correta.** A frequência de um processador determina a velocidade, conforme a quantidade de ciclos por segundo que o componente consegue realizar.*/*

||B|| - **Incorreta.** São núcleos e não há relação 1 por 1.*/*

||C|| - **Incorreta.** A memória RAM é volátil.*/*

||D|| - **Incorreta.** O termo correto seria “memória cache interna”, e nesse tipo de memória não há relação com o *overclock* do processador.*/*

||E|| - **Incorreta.** O disco de armazenamento utilizado no computador em questão é um SSD, que não armazena dados em disco magnético.*/*

Questão 15

Acerca do relacionamento da CAESB com seu público de interesse, assinale a opção correta de acordo com o Código de Conduta e Integridade da CAESB.

- A No relacionamento com a sociedade, a CAESB deve prestigiar a maximização dos resultados, ainda que em detrimento da sustentabilidade ambiental.
- B No relacionamento com a comunidade, a CAESB deve agir com responsabilidade social, visando à preservação de valores e patrimônios materiais e imateriais de grupos determinados, e não de indivíduos isoladamente.
- C A CAESB está isenta da observância dos requisitos regulatórios, uma vez que é sociedade de economia mista sem atuação concorrencial.
- D A CAESB deve evitar estabelecer relações com entidades e organizações, no intuito de garantir a blindagem contra interesses particulares.
- E A CAESB reconhece a representatividade legal do sindicato perante os empregados, respeitando o equilíbrio econômico-financeiro da companhia.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, p. 7, “A Caesb tem como princípio fundamental o respeito ao meio ambiente, de modo a promover a sustentabilidade do ciclo do saneamento, atuando na melhoria contínua de seus produtos, processos e serviços, gerindo os impactos potenciais da sua atividade, em conformidade com os requisitos ambientais legais e regulatórios”.*/*

||B|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, p. 7, “Em seu relacionamento com a comunidade, a Caesb atua mediante a responsabilidade social, respeitando todos os grupos e indivíduos, seus valores e patrimônios culturais materiais e imateriais”.*/*

||C|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, p. 7, “A Caesb tem como princípio fundamental o respeito ao meio ambiente, de modo a promover a sustentabilidade do ciclo do saneamento, atuando na melhoria contínua de seus produtos, processos e serviços, gerindo os impactos potenciais da sua atividade, em conformidade com os requisitos ambientais legais e regulatórios”.*/*

||D|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, p. 8, "A Caesb estabelece relações com entidades e organizações, mediante participação e cooperação, apoiando iniciativas que se enquadrem no âmbito das suas atividades, que possam gerar valia para a Companhia e para a sociedade."*/

||E|| - **Correta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, p. 8, "A Caesb busca o diálogo constante com a entidade sindical, visando relações harmônicas, por meio de uma postura respeitosa, reconhecendo a representatividade legal do sindicato perante os empregados e respeitando o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia".*/

Questão 16

Com relação às orientações de conduta a serem observadas por administradores e agentes públicos da CAESB, julgue os itens seguintes, de acordo com o Código de Conduta e Integridade da CAESB.

- I É legítimo aos administradores da CAESB, no intuito de fortalecer institucionalmente a companhia, aliciar seus subordinados a filiarem-se a associação profissional ou sindical.
- II É vedado aos agentes públicos da CAESB o exercício de qualquer outra atividade profissional além daquela regularmente exercida na companhia.
- III É dever dos administradores e dos agentes públicos manter-se atualizados sobre a legislação e outras normas relativas ao desempenho de suas respectivas atribuições.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Nenhum item está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas os itens I e II estão certos.
- Ⓔ Apenas os itens I e III estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O item III está certo, conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB: "Para a Caesb, são deveres dos administradores e agentes públicos: 4.2.2 Manter-se atualizado sobre a legislação e demais normas relativas ao desempenho de suas atribuições;" (p. 10).*/

||B|| - **Incorreta.** O item II está errado, pois, conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "São condutas vedadas aos administradores e agentes públicos da Caesb: 4.1.8 Exercer atividade profissional incompatível com os termos deste Código ou associar o seu nome a empreendimento de natureza duvidosa;" (p. 10). Assim, não é qualquer atividade profissional que é vedada, razão pela qual o item está errado.*/*

||C|| - **Correta.** Apenas o item III está certo.

O item I está errado, pois, conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "São condutas vedadas aos administradores e agentes públicos da Caesb: 4.1.5 Coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se à associação profissional/sindical ou a partido político;" (p. 10).

O item II está errado, pois, conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "São condutas vedadas aos administradores e agentes públicos da Caesb: 4.1.8 Exercer atividade profissional incompatível com os termos deste Código ou associar o seu nome a empreendimento de natureza duvidosa;" (p. 10). Assim, não é qualquer atividade profissional que é vedada, razão pela qual o item está errado.

O item III está certo, conforme previsto no Código de Conduta e

Integridade da CAESB: "Para a Caesb, são deveres dos administradores e agentes públicos: 4.2.2 Manter-se atualizado sobre a legislação e demais normas relativas ao desempenho de suas atribuições;" (p. 10).*/

||D|| - **Incorreta.** Os itens I e II estão errados.*/*

||E|| - **Incorreta.** O item I está errado.*/*

Questão 17

A respeito das orientações a serem observadas no exercício da atividade profissional, à luz do Código de Conduta e Integridade da CAESB, assinale a opção correta.

- Ⓐ Incluem-se entre as vedações ao nepotismo a nomeação, a designação e a contratação de empregados ocupantes de cargo ou emprego de provimento efetivo.
- Ⓑ Não caracteriza uso indevido dos bens da CAESB a utilização, para fins particulares, de bem ou recurso da companhia, desde implique benefício também para a companhia.
- Ⓒ Integrante da alta administração da CAESB pode exercer, de maneira não remunerada, encargo de mandatário somente se essa atribuição não resultar na prática de atos empresariais ou de outros encargos incompatíveis com o exercício do cargo ou da função.
- Ⓓ É considerado vantagem de natureza indevida, em qualquer circunstância, o recebimento de ingressos para participação em atividades, *shows* e eventos.
- Ⓔ A instalação de *software* em computadores da CAESB prescinde do aval da área de tecnologia.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "Não se incluem nas vedações do artigo anterior as nomeações, designações e contratações: 4.7.6.1 de empregados ocupantes de cargo ou emprego de provimento efetivo, inclusive aposentados, observada a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo ou emprego de origem, ou a compatibilidade da atividade que lhe seja afeta e a complexidade inerente ao cargo em comissão ou função comissionada a ocupar, além da qualificação profissional do empregado;" (p. 17).*/

||B|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "São situações que caracterizam o uso indevido dos bens da Companhia: 4.5.1 Utilizar qualquer bem ou recurso da Caesb para fins particulares ou que não sejam diretamente ligados ao negócio da Companhia;" (p. 15).*/

||C|| - **Correta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "É permitido à autoridade pública o exercício não remunerado de encargo de mandatário, desde que não implique a prática de atos empresariais ou outros incompatíveis com o exercício do seu cargo ou função;" (p. 20).*/

||D|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "Não serão considerados como bens e vantagens de natureza indevida: 4 Ingressos para participação em atividades, *shows*, eventos, simpósios, congressos ou convenções, desde que ajustados em contrapartida de contrato administrativo ou convênio" (p. 13).*/

||E|| - **Incorreta.** Conforme previsto no Código de Conduta e Integridade da CAESB, "São situações que caracterizam o uso indevido dos bens da Companhia: 4.5.4 Instalar *software* nos computadores da Caesb sem a permissão da área de tecnologia;" (p. 15).*/

Questão 18

A Superintendência de Engenharia da CAESB pretende contratar uma empresa para executar a ampliação de uma estação de tratamento de esgoto (ETE), cujo projeto básico já define com precisão todas as etapas e quantidades dos serviços a serem executados na fase contratual.

Considerando a situação hipotética apresentada, de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), a contratação da empresa deverá ser realizada por meio do regime de

- Ⓐ empreitada por preço unitário, pois a contratação envolve grande volume de serviços com variação de quantitativos dos itens a serem orçados.
- Ⓑ contratação integrada, pois a CAESB tem como propósito a inovação tecnológica e o repasse integral dos riscos de sua atividade.
- Ⓒ empreitada por preço global, pois o projeto básico permite a fixação prévia das quantidades dos serviços e do valor total da contratação.
- Ⓓ contratação semi-integrada, pois a contratação visada exige tão somente a realização do projeto básico, dispensando a elaboração e o desenvolvimento de projeto executivo.
- Ⓔ contratação por tarefa, pois a contratação visada envolve a realização de serviço técnico comum e por preço certo.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 19, I, do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), a contratação por regime de empreitada por preço unitário é utilizada quando os quantitativos têm imprecisão, o que não ocorre no caso.*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 19, VI, do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), a contratação integrada é indicada para projetos com inovação tecnológica e anteprojeto, não para projetos básicos definidos.*/

||C|| - **Correta.** Conforme art. 19, II, do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), a empreitada por preço global é adequada quando o projeto básico permite boa precisão nas quantidades de serviços e definição do valor total da contratação.*/

||D|| - **Incorreta.** Conforme art. 19, V, do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), a contratação semi-integrada exige possibilidade de inovação técnica, o que não é mencionado no caso.*/

||E|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 19, III, do Regulamento de Licitações e Contratações da CAESB (RILC), o regime de contratação por tarefa é indicado para serviços técnicos de curta duração, não para grandes obras como ampliação de ETE.*/

Questão 19

Durante a fase de análise das propostas para a contratação de uma empresa especializada na elaboração de estudos hidrológicos para uma nova adutora de água, a equipe de licitação da CAESB identificou que a empresa Alpha, uma das empresas proponentes, tem entre seus sócios um engenheiro que participou da elaboração do projeto básico da referida licitação.

Considerando a situação hipotética apresentada, é correto afirmar, de acordo com o Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), que

- Ⓐ a participação da empresa Alpha no procedimento licitatório será permitida, desde que o engenheiro não tenha assinado o projeto básico da referida licitação.
- Ⓑ a participação da empresa Alpha no procedimento licitatório será admitida caso a proposta técnica seja avaliada como a mais vantajosa.

- Ⓒ a empresa Alpha poderá participar do procedimento licitatório, desde que ofereça preço inferior à média das demais concorrentes.
- Ⓓ a empresa Alpha poderá ser mantida no certame se comprovar experiência prévia em projetos semelhantes.
- Ⓔ a empresa Alpha estará impedida de participar do procedimento licitatório, pois há conflito de interesse pela atuação prévia de um dos seus sócios no projeto básico.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O impedimento independe da assinatura formal; basta a participação na elaboração do projeto básico, conforme art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC).*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), é vedada a participação de pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do anteprojeto ou projeto básico. A avaliação da proposta técnica não afasta a vedação prevista expressamente no regulamento.*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), é vedada a participação de pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do anteprojeto ou projeto básico. Não há exceção baseada na oferta de preço mais baixo. A vedação é objetiva e independe de valores ofertados.*/

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), é vedada a participação de pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do anteprojeto ou projeto básico. Experiência técnica não supre o impedimento previsto no art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC).*/

||E|| - **Correta.** De acordo com o art. 6º, IV, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), é vedada a participação de pessoa física ou jurídica que tenha participado da elaboração do anteprojeto ou projeto básico.*/

Questão 20

A Superintendência de Suprimentos da CAESB pretende contratar empresa especializada na manutenção preventiva de bombas submersas. Durante a fase preparatória da contratação, o responsável pela pesquisa de preços pretende utilizar dados disponíveis em *sites* de intermediação de vendas e *marketplaces*, que indicam valores médios abaixo daqueles que foram praticados no último contrato.

A partir da situação hipotética apresentada, assinale a opção correta, de acordo com as disposições do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC).

- Ⓐ Os dados de *sites* de intermediação de vendas e *marketplaces* podem ser utilizados como referência, desde que compatíveis com valores históricos de contratações da própria CAESB.
- Ⓑ O uso de preços de *marketplaces* é válido apenas para contratações emergenciais.
- Ⓒ A pesquisa de preços deve ser realizada com base, entre outros critérios, em consultas formais junto a fornecedores, sendo vedado o uso de *sites* de leilão e de intermediação de vendas.
- Ⓓ As médias obtidas em *marketplaces* podem ser utilizadas, desde que haja três fontes distintas e registro da data de acesso.
- Ⓔ Para serviços de manutenção, é obrigatória a utilização exclusiva de contratos anteriores da própria CAESB.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O RILC não permite o uso de *marketplaces*, mesmo que compatíveis com históricos internos de contratação.*/

||B|| - **Incorreta.** Não há exceção para uso de *sites* de leilão ou intermediação de vendas em caráter emergencial no RILC.*/

||C|| - **Correta.** Conforme art. 11, *caput* e § 1.º, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC), veda-se expressamente o uso de *sites* de leilão ou de intermediação de vendas. As fontes válidas para esse tipo de pesquisa são: pesquisa junto a fornecedores; pesquisa publicada em mídias ou sítios especializados ou de domínio amplo; preços públicos referentes a aquisições ou contratações similares realizadas pelo DF e demais entes públicos; e indicadores.*/

||D|| - **Incorreta.** Ainda que haja data registrada e várias fontes, o uso de *sites* de intermediação de vendas é vedado, conforme art. 11, §1º, Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC).*/

||E|| - **Incorreta.** O uso exclusivo de contratos anteriores da CAESB não é exigido nem é suficiente para a realização de pesquisa de preços na contratação, já que o art. 11 do Regulamento de Licitações e Contratos da CAESB (RILC) exige pesquisa ampla e atualizada.*/

▼ Questão 21

Com base na Lei n.º 11.445/2007, a associação voluntária entre entes federativos por meio de consórcio público ou convênio de cooperação para a prestação de serviços públicos de saneamento básico, atendidos os requisitos legais, é denominada

- A serviços públicos de saneamento básico de interesse local.
- B gestão associada.
- C sistema condominial.
- D serviços públicos de saneamento básico de interesse regional.
- E unidade regional de saneamento básico.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** De acordo com o inciso XV do artigo 3.º da Lei n.º 11.445/2007, os serviços públicos de saneamento básico de interesse local constituem as funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único município.

“Art. 3.º [...]”

XV - serviços públicos de saneamento básico de interesse local: funções públicas e serviços cujas infraestruturas e instalações operacionais atendam a um único município;

[...]”*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com o inciso VI do artigo 3.º da Lei n.º 11.445/2007, a prestação regionalizada – e não os serviços públicos de saneamento básico de interesse regional – é a modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região cujo território abranja mais de um município.

“Art. 3.º [...]”

VI - prestação regionalizada: modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região cujo território abranja mais de um Município, podendo ser estruturada em:

[...]”*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com o inciso XVI do artigo 3.º da Lei n.º 11.445/2007, o sistema condominial representa a rede coletora de esgoto sanitário, assentada em posição viável no interior dos lotes ou conjunto de habitações, interligada à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizada onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento.

“Art. 3.º [...]”

XVI - sistema condominial: rede coletora de esgoto sanitário,

assentada em posição viável no interior dos lotes ou conjunto de habitações, interligada à rede pública convencional em um único ponto ou à unidade de tratamento, utilizada onde há dificuldades de execução de redes ou ligações prediais no sistema convencional de esgotamento;

[...]”*/

||D|| - **Correta.** De acordo com o inciso II do artigo 3.º da Lei n.º 11.445/2007, a associação voluntária entre entes federativos, por meio de consórcio público ou convênio de cooperação, para prestação de serviços públicos de saneamento básico, atendidos os requisitos legais, é denominada gestão associada.

“Art. 3.º [...]”

II - gestão associada: associação voluntária entre entes federativos, por meio de consórcio público ou convênio de cooperação, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

[...]”*/

||E|| - **Incorreta.** De acordo com a alínea b) do inciso VI do artigo 3.º da Lei n.º 11.445/2007, a unidade regional de saneamento básico é a unidade instituída pelos Estados mediante lei ordinária, constituída pelo agrupamento de Municípios não necessariamente limítrofes, para atender adequadamente às exigências de higiene e saúde pública ou para dar viabilidade econômica e técnica aos municípios menos favorecidos.

“Art. 3.º [...]”

VI - prestação regionalizada: modalidade de prestação integrada de um ou mais componentes dos serviços públicos de saneamento básico em determinada região cujo território abranja mais de um Município, podendo ser estruturada em:

[...]”

b) unidade regional de saneamento básico: unidade instituída pelos Estados mediante lei ordinária, constituída pelo agrupamento de municípios não necessariamente limítrofes, para atender adequadamente às exigências de higiene e saúde pública ou para dar viabilidade econômica e técnica aos municípios menos favorecidos;[...]”*/

▼ Questão 22

Assinale a opção correta acerca dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, com base na Lei n.º 14.026/2020.

- A A integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos constitui um dos princípios dos serviços públicos de saneamento básico.
- B A reservação de água bruta e o transporte dos esgotos sanitários são exemplos de atividades relacionadas aos serviços públicos de abastecimento de água.
- C A coleta e a destinação final de resíduos domésticos, incluída a ligação predial dos esgotos sanitários, são atividades concernentes aos serviços públicos de tratamento de esgoto.
- D No caso de região integrada de desenvolvimento, a prestação regionalizada do serviço de saneamento básico prescinde da anuência dos municípios que a integram.
- E É admitida a formalização de consórcios intermunicipais de saneamento básico, exclusivamente compostos de municípios, que podem prestar o serviço aos seus consorciados de forma indireta, por meio da instituição de autarquia intermunicipal.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Correta.** De acordo com o inciso II do artigo 7.º da Lei n.º 14.026/2020, a integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos constitui um dos princípios dos serviços públicos de saneamento básico.

“Art. 7.º A Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 2.º [...] XII — integração das infraestruturas e dos serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos [...]”*/

||B|| - **Incorreta.** De acordo com os artigos 3.º-A e 3.º-B (revisados) do artigo 7.º da Lei n.º 14.026/2020, a reservação de água bruta é uma das atividades relacionadas aos serviços públicos de abastecimento de água. Já o transporte dos esgotos sanitários é uma das atividades relacionadas aos serviços públicos de esgotamento sanitário.

“Art. 7.º A Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 3.º-A Consideram-se serviços públicos de abastecimento de água a sua distribuição mediante ligação predial, incluídos eventuais instrumentos de medição, bem como, quando vinculadas a essa finalidade, as seguintes atividades:

I - reservação de água bruta;

[...]

Art. 3.º-B Consideram-se serviços públicos de esgotamento sanitário aqueles constituídos por I (uma) ou mais das seguintes atividades:

[...]

II - transporte dos esgotos sanitários;

[...]”*/

||C|| - **Incorreta.** De acordo com os artigos 3.º-B e 3.º-C (revisados) do artigo 7.º da Lei n.º 14.026/2020, a destinação final de resíduos domésticos é uma atividade relacionada aos serviços públicos especializados de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos das atividades operacionais de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem e tratamento, inclusive por compostagem. Por sua vez, a coleta dos esgotos sanitários, incluída a ligação predial, é uma atividade concernente aos serviços públicos de tratamento de esgoto.

“Art. 7.º A Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 3.º-B Consideram-se serviços públicos de esgotamento sanitário aqueles constituídos por I (uma) ou mais das seguintes atividades:

I - coleta, incluída ligação predial, dos esgotos sanitários;

[...]

Art. 3.º-C Consideram-se serviços públicos especializados de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos as atividades operacionais de coleta, transbordo, transporte, triagem para fins de reutilização ou reciclagem, tratamento, inclusive por compostagem, e destinação final dos:

I - resíduos domésticos;

[...]”*/

||D|| - **Incorreta.** De acordo com o parágrafo 5.º do artigo 3.º (revisado) do artigo 7.º da Lei n.º 14.026/2020, no caso de região integrada de desenvolvimento, a prestação regionalizada do serviço de saneamento básico estará condicionada à anuência dos municípios que a integram.

“Art. 7.º A Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 3.º [...]

§ 5.º No caso de Região Integrada de Desenvolvimento (Ride), a prestação regionalizada do serviço de saneamento básico estará condicionada à anuência dos Municípios que a integram.

[...]”*/

||E|| - **Incorreta.** De acordo com o inciso I do parágrafo 1.º do artigo 8.º (revisado) do artigo 7.º da Lei n.º 14.026/2020, é admitida a formalização de consórcios intermunicipais de saneamento básico, exclusivamente compostos de municípios,

que podem prestar o serviço aos seus consorciados diretamente – e não indiretamente –, pela instituição de autarquia intermunicipal.

“Art. 7.º A Lei n.º 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passa a vigorar com as seguintes alterações:

[...]

Art. 8.º Exercem a titularidade dos serviços públicos de saneamento básico:

§ 1.º O exercício da titularidade dos serviços de saneamento poderá ser realizado também por gestão associada, mediante consórcio público ou convênio de cooperação, nos termos do art. 241 da Constituição Federal, observadas as seguintes disposições:

I - fica admitida a formalização de consórcios intermunicipais de saneamento básico, exclusivamente compostos de municípios, que poderão prestar o serviço aos seus consorciados diretamente, pela instituição de autarquia intermunicipal;

[...]”*/

Questão 23

Com base na Resolução ADASA n.º 14/2011, julgue os itens seguintes, acerca das condições da prestação e utilização dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário do Distrito Federal.

- I A apuração do volume a ser faturado é feita com base na média aritmética do consumo medido nos últimos seis meses, quando houver perda ou imprecisão dos dados coletados.
- II Nos casos de interrupções programadas pela necessidade de efetuar reparos em sistemas, as informações a serem comunicadas pelo prestador de serviços de água e de esgotamento sanitário resumem-se a localidade, descrição do evento, data e horário previstos para a regularização dos serviços.
- III No caso de revenda ou abastecimento de água a terceiros, o prestador de serviços de água e de esgotamento sanitário pode suspender a prestação dos serviços de abastecimento de água ao usuário.

Assinale a opção correta.

- A Nenhum item está certo.
- B Apenas o item I está certo.
- C Apenas o item II está certo.
- D Apenas o item III está certo.
- E Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta.** O item III está certo.*/

||B|| - **Incorreta.** Apenas o item III está certo.*/

||C|| - **Incorreta.** Apenas o item III está certo.*/

||D|| - **Correta.** Apenas o item III está certo.

I Errado. A apuração do volume a ser faturado é feita com base na média aritmética do consumo medido nos últimos doze meses, quando houver perda ou imprecisão dos dados coletados (Resolução ADASA n.º 14/2011, artigo 92, § 3.º, inciso I).

II Errado. Nos casos de interrupções programadas pela necessidade de efetuar reparos em sistemas, as informações a serem comunicadas pelo prestador de serviços de água e de esgotamento sanitário não se resumem em: localidade, descrição do evento e data e horário previstos para a regularização dos serviços. Há outras informações a serem prestadas: área afetada, estimativa de usuários afetados, data e horário do evento, entre outros (Resolução ADASA n.º 14/2011, artigo 120, incisos I e II).

III Certo. No caso de revenda ou abastecimento de água a terceiros, o prestador de serviços de água e de esgotamento sanitário pode suspender a prestação dos serviços de abastecimento de água ao seu usuário (Resolução ADASA n.º 14/2011, artigo 121, inciso VI).*/

||E|| - **Incorreta.** Apenas o item III está certo.*/

Questão 24

Um dos fatores favoráveis para a determinação do sítio para construção de Brasília consistiu

- A** na topografia de vales encaixados.
- B** nas rochas firmes profundas.
- C** nos solos pouco drenados.
- D** nas áreas com barreiras físicas.
- E** em altitudes de cerca de mil metros.

JUSTIFICATIVAS

A - **Incorreta.** Topografia de vales encaixados são aquelas que apresentam declividade acima de 45%. O sítio estabelecido para a implantação da cidade deveria apresentar topografia suave, com declividade próxima a 8%.*

B - **Incorreta.** As rochas deveriam ser firmes e estar na superfície para que se evitassem muitas escavações para implantação da estrutura.*

C - **Incorreta.** O solo deveria ser bem drenado para garantir abastecimento de água.*

D - **Incorreta.** O sítio escolhido deveria estar livre de barreiras físicas, tais como serras.*

E - **Correta.** O sítio escolhido para a implantação da nova capital do Brasil deveria apresentar uma altitude aproximada de 1000 metros.*

Questão 25

A concepção e o projeto da Torre de TV de Brasília, monumento emblemático construído na década de 60, é de autoria de

- A** Bernardo Sayão.
- B** Oscar Niemeyer.
- C** Israel Pinheiro.
- D** Lúcio Costa.
- E** Ernesto Silva.

JUSTIFICATIVAS

A - **Incorreta.** A concepção e o projeto da Torre de TV são de autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa.*

B - **Incorreta.** Apesar das inúmeras obras creditadas a Oscar Niemeyer em Brasília, a Torre de TV de TV é de autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa.*

C - **Incorreta.** A concepção e o projeto da Torre de TV são de autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa.*

D - **Correta.** Conforme a Secretaria de Turismo do Distrito Federal, a Torre de TV de Brasília é de autoria do arquiteto Lúcio Costa.*

E - **Incorreta.** A Torre de TV de TV é de autoria do arquiteto e urbanista Lúcio Costa.*

Questão 26

O eixo 2 do Plano Distrital de Políticas Públicas para as Mulheres (PDPM) refere-se à educação para a igualdade. Um dos objetivos dessa temática é

- I aumentar o número de cursos, palestras e treinamentos para a formação e a profissionalização de mulheres.
- II garantir o acesso, a permanência e o sucesso de jovens e mulheres à educação de qualidade, com atenção aos grupos com baixa escolaridade.
- III promover o acesso e a permanência de mulheres na educação formal, ao longo da vida, para fortalecer a formação e oportunizar o acesso ao mercado de trabalho e à sua autonomia econômica.

Assinale a opção correta.

- A** Nenhum item está certo.
- B** Apenas o item I está certo.
- C** Apenas o item II está certo.
- D** Apenas o item III está certo.
- E** Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

A - **Incorreta.** O item II está certo.*

B - **Incorreta.** O item I está errado, pois aumentar o número de cursos, palestras e treinamentos para a formação e a profissionalização de mulheres é uma meta do eixo 1.*

C - **Correta.** O item II está certo, pois, conforme o eixo 2 da PDPM, um dos objetivos é garantir o acesso, a permanência e o sucesso de jovens e mulheres à educação de qualidade, com especial atenção aos grupos com baixa escolaridade (mulheres adultas e idosas, com deficiência, negras, indígenas, rurais e em situação de prisão).*

D - **Incorreta.** O item III está errado, pois promover o acesso e a permanência de mulheres na educação formal, ao longo da vida, para fortalecer a formação e oportunizar o acesso ao mercado de trabalho e à sua autonomia econômica é um objetivo específico do eixo 1 – igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica do PDPM.*

E - **Incorreta.** Apenas o item II está certo.*

Questão 27

Com base na Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), julgue os itens a seguir.

- I A aplicação da Lei Maria da Penha pressupõe coabitação entre o agressor e a vítima.
- II No âmbito da assistência à mulher em situação de violência doméstica, é legítimo ao juiz, quando aquela for servidora pública da administração direta ou indireta, franquear o acesso prioritário à remoção.
- III Os mecanismos de segurança disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas, em caso de perigo iminente, devem ter os custos ressarcidos pelo agressor.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

A - **Incorreta.** O item I está errado, conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 5.º, inciso III:

“Art. 5.º Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: [...]”

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. [...]”.*

B - **Incorreta.** A opção considera como certo apenas o item II, e ao julgar os itens da questão, estão certos os itens II e III.

O item III está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §5.º:

“Art. 9.º §5.º Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.”.*

C - **Incorreta.** O item I está errado, conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 5.º, inciso III:

“Art. 5.º Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: [...]”

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. [...]”.

O item III está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §5.º:

“Art. 9.º §5.º Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.”*/

||D|| - **Correta**. Estão certos os itens II e III.

O item II está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §2.º, inciso I:

“Art. 9.º §2.º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica: [...]

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;”.

O item III está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §5.º:

“Art. 9.º §5.º Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.”*/

||E|| - **Incorreta**. Estão certos apenas os itens II e III.

O item I está errado, conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 5.º, inciso III:

“Art. 5.º Para os efeitos desta lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial: [...]

III – em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação. [...]”.

O item II está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §2.º, inciso I:

“Art. 9.º §2.º O juiz assegurará à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica: [...]

I - acesso prioritário à remoção quando servidora pública, integrante da administração direta ou indireta;”.

O item III está certo, consoante previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 9.º, §5.º:

“Art. 9.º §5.º Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente e disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica ou familiar amparadas por medidas protetivas terão seus custos ressarcidos pelo agressor.”*/

Questão 28

De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei n.º 11.340/2006), assinale a opção correta.

- A** O descumprimento de decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência prevista na Lei Maria da Penha é punível com pena de reclusão e multa.
- B** Nos atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar não precisa estar obrigatoriamente acompanhada de advogado.
- C** A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos na Lei Maria da Penha é atribuição exclusiva do Ministério Público.
- D** Nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, admite-se a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.
- E** Juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher são competentes para processar pretensão relativa à partilha de bens da ofendida.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Correta**. Conforme previsão da Lei n.º 11.340/2006, art. 24-A:

“Art. 24-A. Descumprir decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência previstas nesta lei: (Incluído pela Lei n.º 13.641, de 2018) Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Redação dada pela Lei n.º 14.994, de 2024).”*/

||B|| - **Incorreta**. Conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 27:

“Art. 27 Em todos os atos processuais, cíveis e criminais, a mulher em situação de violência doméstica e familiar deverá estar acompanhada de advogado, ressalvado o previsto no art. 19 desta lei.”*/

||C|| - **Incorreta**. Conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 37:

“Art. 37 A defesa dos interesses e direitos transindividuais previstos nesta lei poderá ser exercida, concorrentemente, pelo Ministério Público e por associação de atuação na área, regularmente constituída há pelo menos um ano, nos termos da legislação civil.”*/

||D|| - **Incorreta**. Conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 17:

“Art. 17 É vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa.”*/

||E|| - **Incorreta**. Conforme previsto na Lei n.º 11.340/2006, art. 14-A, §1.º:

“Art. 14- A ofendida tem a opção de propor ação de divórcio ou de dissolução de união estável no juizado de violência doméstica e familiar contra a mulher.

§ 1.º Exclui-se da competência dos juizados de violência doméstica e familiar contra a mulher a pretensão relacionada à partilha de bens.”*/

Questão 29

Com base na Lei Maria da Penha, considerando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a opção correta.

- A** A ausente relação duradoura de afeto afasta a incidência do sistema protetivo da Lei Maria da Penha.
- B** A aplicação da Lei Maria da Penha às mulheres em situação de violência doméstica leva em conta, exclusivamente, o critério biológico, razão pela qual a lei não se aplica às mulheres transexuais.
- C** A aplicação do sistema protetivo da Lei Maria da Penha prescinde da demonstração específica da subjugação feminina.
- D** Para que uma lesão corporal no ambiente doméstico praticada contra uma mulher seja enquadrada na Lei Maria da Penha, é necessária a demonstração da motivação de gênero.
- E** As medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha devem ser aplicadas com a fixação de prazo certo de validade.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - **Incorreta**. Conforme divulgado no informativo n.º 824 do STJ, “o fato de não haver relação duradoura de afeto não afasta a incidência do sistema protetivo da Lei Maria da Penha”.*/

||B|| - **Incorreta**. Conforme jurisprudência do STJ, no informativo de edição extraordinária n.º 18, da Lei n.º 11.340/2006 é aplicável a mulheres transexuais em situação de violência doméstica.*/

||C|| - **Correta**. Conforme edição extraordinária n.º 18 do informativo do STJ, “É desnecessária a demonstração específica da subjugação feminina para que seja aplicado o sistema protetivo da Lei Maria da Penha.”*/

||D|| - **Incorreta.** Conforme jurisprudência do STJ, “A orientação mais condizente com o espírito da Lei n.º 11.340/2006 é no sentido de que a vulnerabilidade e a hipossuficiência da mulher são presumidas, sendo desnecessária a demonstração da motivação de gênero para que incida o sistema protetivo da Lei Maria da Penha e a competência da vara especializada.”*/

||E|| - **Incorreta.** Conforme decidido no Tema n.º 1249 dos recursos repetitivos, as medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha, aplicadas pelo juiz quando há risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da mulher, não devem ter prazo fixo de duração. */

Questão 30

De acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, assinale a opção correta.

- A** O governo do Distrito Federal possui competência para efetuar desapropriações de bens destinados a uso comum ou especial, em áreas urbanas e rurais, quando for necessário à execução dos sistemas de abastecimento de água, circunstância na qual não haverá direito de indenização por benfeitorias e cessões dos titulares de arrendamento ou concessão de uso.
- B** O conjunto de índices para o controle urbanístico a que estarão sujeitas as edificações, para as categorias de atividades permitidas em cada zona, deve ser estabelecido no âmbito da Lei de Uso e Ocupação do Solo.
- C** O instrumento básico das políticas de ordenamento territorial e de expansão e desenvolvimento urbanos do Distrito Federal é o plano de desenvolvimento local.
- D** O plano de desenvolvimento local deve ser elaborado pelo Poder Executivo, para um período de 5 anos, e pode ser submetido a revisão anual, por iniciativa exclusiva do Poder em questão.
- E** A elaboração do plano diretor de ordenamento territorial do Distrito Federal, diferentemente da Lei de Uso e Ocupação do Solo e dos planos de desenvolvimento local, admite a participação popular.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - **Incorreta.** Conforme previsto no art. 313 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

“Art. 313. É dever do Governo do Distrito Federal, nos termos de sua competência e em caso de utilidade pública e interesse social, efetuar desapropriações de bens destinados a uso comum ou especial, em áreas urbanas e rurais, assegurado o direito de indenização por benfeitorias e cessões dos titulares de arrendamento ou concessão de uso, quando for necessário à execução dos sistemas de abastecimento de água, energia elétrica, esgotos sanitários, controle de poluição, proteção a recursos hídricos e criação ou expansão de loteamentos urbanos.”*/

||B|| - **Correta.** Conforme previsto no §2.º do art. 318 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

“§2.º A Lei de Uso e Ocupação do Solo estabelecerá, ainda, o conjunto de índices para o controle urbanístico a que estarão sujeitas as edificações, para as categorias de atividades permitidas em cada zona.”*/

||C|| - **Incorreta.** Conforme previsto no art. 316 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

“Art. 316. O Distrito Federal terá, como instrumento básico das políticas de ordenamento territorial e de expansão e desenvolvimento urbanos, o plano diretor de ordenamento territorial do Distrito Federal e, como instrumentos complementares, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e os planos de desenvolvimento local.”*/

||D|| - **Incorreta.** Conforme previsto no §4.º do art. 319 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

“§4.º Os Planos de Desenvolvimento Local serão elaborados pelo Poder Executivo, para o período de 5 (cinco) anos, passíveis de revisão a cada ano, por iniciativa do Poder Executivo ou por iniciativa popular, mediante lei complementar específica, desde que comprovado o interesse público. (Parágrafo acrescido(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 49 de 28/9/2007)”*/

||E|| - **Incorreta.** Conforme previsto no parágrafo único do art. 321 da Lei Orgânica do Distrito Federal:

“Parágrafo único. É garantida a participação popular nas fases de elaboração, aprovação, implementação, avaliação e revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal, da Lei de Uso e Ocupação do Solo e dos Planos de Desenvolvimento Local. (Parágrafo alterado(a) pelo(a) Emenda à Lei Orgânica 49 de 28/09/2007)”*/

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**Questão 31**

Com base na Lei n.º 6.404/1976, que dispõe sobre as sociedades por ações, julgue os itens que se seguem.

- I A demonstração do valor adicionado está entre as demonstrações que devem ser obrigatoriamente elaboradas pelas companhias abertas.
- II A lei estipula a segregação do ativo e do passivo em circulante e não circulante.
- III A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório.
- IV O valor que se pode obter em um mercado ativo, em decorrência de transação não compulsória realizada entre partes independentes, é o valor justo para instrumentos financeiros.

Assinale a opção correta.

- A Apenas os itens I, II e III estão certos.
- B Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- C Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- D Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. O item IV também está certo.* /

||B|| - Incorreta. O item III também está certo.* /

||C|| - Incorreta. O item II também está certo.* /

||D|| - Incorreta. O item I também está certo. * /

||E|| - Correta. Todos os itens estão certos. O item I está certo, conforme a Lei n.º 6.404/1976, art. 176, inciso V.

O item II está certo, conforme a Lei n.º 6.404/1976, art. 178, § 1.º, incisos I e II, bem como § 2.º, incisos I e II.

O item III está certo, conforme a Lei n.º 6.404/1976, art. 196, § 2.º. O item IV está certo, conforme a Lei n.º 6.404/1976, art. 183 § 1.º, alínea d. * /

Questão 32

O conjunto completo de demonstrações contábeis de cada período previsto no CPC 26 diverge do rol de demonstrações contábeis obrigatórias constante da Lei n.º 6.404/1976 ao incluir a demonstração

- A dos fluxos de caixa.
- B do valor adicionado.
- C do resultado do período.
- D das mutações do patrimônio líquido.
- E dos lucros ou prejuízos acumulados.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. Ambos os normativos incluem essa demonstração em seu rol.* /

||B|| - Incorreta. Ambos os normativos incluem essa demonstração em seu rol.* /

||C|| - Incorreta. Ambos os normativos incluem essa demonstração em seu rol.* /

||D|| - Correta. Essa é uma demonstração incluída no CPC 26 (R1) e que não consta no rol de demonstrações obrigatórias da Lei n.º 6.404/1976, sendo mencionada apenas como facultativa, conforme art. 186 § 2º: “A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (...) poderá ser incluída na demonstração das mutações do patrimônio líquido, se elaborada e publicada pela companhia.”.* /

||E|| - Incorreta. Essa demonstração não é mencionada no CPC 26 (R1), Item 10: “O conjunto completo de demonstrações contábeis inclui:

- (a) balanço patrimonial ao final do período;
- (b1) demonstração do resultado do período;
- (b2) demonstração do resultado abrangente do período;

(c) demonstração das mutações do patrimônio líquido do período;

(d) demonstração dos fluxos de caixa do período;

(e) notas explicativas, compreendendo informação de política contábil material e outras informações elucidativas; (Alterado pela Revisão de Pronunciamentos Técnicos n.º 20)

(ea) informações comparativas com o período anterior, conforme especificado nos itens 38 e 38A; (Incluída pela Revisão CPC 03)

(f) balanço patrimonial do início do período mais antigo, comparativamente apresentado, quando a entidade aplicar uma política contábil retrospectivamente ou proceder à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações contábeis, ou quando proceder à reclassificação de itens de suas demonstrações contábeis de acordo com os itens 40A a 40D; e (Alterada pela Revisão CPC 03)

(f1) demonstração do valor adicionado do período, conforme Pronunciamento Técnico CPC 09, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente. (Alterada pela Revisão CPC 03). * /

Questão 33

Aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor são denominadas

- A caixa.
- B ganho.
- C receita.
- D fluxos de caixa.
- E equivalentes de caixa.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. Conforme CPC 03 (R2) item 6, “Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor”. * /

||B|| - Incorreta. Conforme CPC 03 (R2) item 6, “Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor”. * /

||C|| - Incorreta. Conforme CPC 03 (R2) item 6, “Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor”. * /

||D|| - Incorreta. Conforme CPC 03 (R2) item 6, “Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor”. * /

||E|| - Correta. Conforme CPC 03 (R2) item 6, “Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor”. * /

Questão 34

Um item patrimonial cuja liquidação se espera realizar durante o ciclo operacional normal da entidade deve ser classificado no

- A ativo circulante.
- B ativo não circulante.
- C passivo circulante.
- D passivo não circulante.
- E patrimônio líquido.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “o passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade”.*/

||B|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “o passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade”.*/

||C|| - Correta. Conforme CPC 26 (R1), “o passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade”.*/

||D|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “o passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade”.*/

||E|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “o passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios: (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade”.*/

Questão 35

A demonstração contábil que contenha transações e outros eventos que não tenham derivado de transações com os sócios da entidade na sua qualidade de proprietários e que tenham provocado mudanças no patrimônio líquido durante determinado período denomina-se

- A demonstração de mudanças do patrimônio líquido.
- B demonstração do resultado do exercício.
- C demonstração de valor adicionado.
- D demonstração de fluxos de caixa.
- E balanço patrimonial.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários”. E “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC”. Portanto, os resultados abrangentes que não se enquadrem como outros resultados abrangentes devem ser apresentados na demonstração do resultado do exercício.*/

||B|| - Correta. Conforme CPC 26 (R1), “Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários”. E “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC”. Portanto, os resultados abrangentes que não se enquadrem como outros resultados abrangentes devem ser apresentados na demonstração do resultado do exercício.*/

||C|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários”. E “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC”. Portanto, os resultados abrangentes que não se enquadrem como outros resultados abrangentes devem ser apresentados na demonstração do resultado do exercício.*/

||D|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários”. E “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC”. Portanto, os resultados abrangentes que não se enquadrem como outros resultados abrangentes devem ser apresentados na demonstração do resultado do exercício.*/

||E|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “Resultado abrangente é a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários”. E “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC”. Portanto, os resultados abrangentes que não se enquadrem como outros resultados abrangentes devem ser apresentados na demonstração do resultado do exercício.*/

Questão 36

A alteração no valor justo atribuível a mudanças no risco de crédito de um passivo específico designado como ao valor justo por meio do resultado deve ser evidenciada na demonstração

- A do resultado abrangente.
- B do resultado do período.
- C dos fluxos de caixa.
- D das mudanças do patrimônio líquido.
- E dos lucros ou prejuízos acumulados.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Conforme CPC 26 (R1), “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem: (...) (f) para passivos específicos designados como ao valor justo por meio do resultado, o valor da alteração no valor justo que for atribuível a alterações no risco de crédito do passivo (ver item 5.7.7 do CPC 48)”.*/

||B|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem: (...) (f) para passivos específicos designados como ao valor justo por meio do resultado, o valor da alteração no valor justo que for atribuível a alterações no risco de crédito do passivo (ver item 5.7.7 do CPC 48)”.*/

||C|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem: (...) (f) para passivos específicos designados como ao valor justo por meio do resultado, o valor da alteração no valor justo que for atribuível a alterações no risco de crédito do passivo (ver item 5.7.7 do CPC 48)”.*/

||D|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem: (...) (f) para passivos específicos designados como ao valor justo por meio do resultado, o valor da alteração no valor justo que for atribuível a alterações no risco de crédito do passivo (ver item 5.7.7 do CPC 48)”.*/

||E|| - Incorreta. Conforme CPC 26 (R1), “outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação), que não são reconhecidos na demonstração do resultado como requerido ou permitido pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem: (...) (f) para passivos específicos designados como ao valor justo por meio do resultado, o valor da alteração no valor justo que for atribuível a alterações no risco de crédito do passivo (ver item 5.7.7 do CPC 48)”.*/

Questão 37

Uma transação realizada para a aquisição de determinado ativo nem sempre tem um custo que coincide com o valor justo do ativo adquirido, mas essa convergência de valores é favorecida caso

- A a transação seja realizada entre partes relacionadas e seu custo seja divergente do custo do mercado principal do ativo.
- B um vendedor em dificuldades financeiras seja obrigado a aceitar o preço oferecido, claramente inferior ao do mercado.
- C a transação inclua custos de transação incomuns no mercado.
- D a transação seja realizada no mercado habitual do ativo, por valor convergente com esse mercado.
- E o mercado no qual a transação ocorre seja diferente do mercado principal ou mais vantajoso para esse ativo.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme CPC 46, “em muitos casos, o preço da transação é igual ao valor justo (esse pode ser o caso, por exemplo, quando, na data da transação, a transação para a compra de um ativo ocorre no mercado em que o ativo seria vendido)”;

“B4. Ao determinar se o valor justo no reconhecimento inicial é igual ao preço da transação, a entidade deve levar em conta fatores específicos da transação e do ativo ou passivo. Por exemplo, o preço da transação pode não representar o valor justo de ativo ou passivo no reconhecimento inicial se qualquer das condições seguintes se aplicar: (a) a transação for entre partes relacionadas, embora o preço na transação com partes relacionadas possa ser utilizado como informação na mensuração do valor justo se a entidade tiver evidência de que a transação foi realizada em condições de mercado; (b) a transação ocorre sob coação ou o vendedor é forçado a aceitar o preço na transação. Por exemplo, esse pode ser o caso quando o vendedor está passando por dificuldades financeiras; (c) a unidade de contabilização representada pelo preço da transação é diferente da unidade de contabilização para o ativo ou passivo mensurado ao valor justo. Por exemplo, esse pode ser o caso se o ativo ou o passivo mensurado ao valor justo for apenas um dos elementos na transação (por exemplo, na combinação de negócios), a transação incluir direitos e privilégios implícitos que sejam mensurados separadamente de acordo com outro Pronunciamento ou o preço da transação incluir custos de transação; (d) o mercado no qual ocorre a transação é diferente do mercado principal (ou mais vantajoso). Por exemplo, esses mercados podem ser diferentes se a entidade for uma revendedora que celebrar transações com clientes no mercado de varejo, mas o mercado principal (ou mais vantajoso) para a transação de saída for com outros revendedores no mercado de revendedores.”*/

||B|| - Incorreta. Conforme CPC 46, “em muitos casos, o preço da transação é igual ao valor justo (esse pode ser o caso, por exemplo, quando, na data da transação, a transação para a compra de um ativo ocorre no mercado em que o ativo seria vendido)”;

“B4. Ao determinar se o valor justo no reconhecimento inicial é igual ao preço da transação, a entidade deve levar em conta fatores específicos da transação e do ativo ou passivo. Por exemplo, o preço da transação pode não representar o valor justo de ativo ou passivo no reconhecimento inicial se qualquer das condições seguintes se aplicar: (a) a transação for entre partes relacionadas, embora o preço na transação com partes relacionadas possa ser utilizado como informação na mensuração do valor justo se a entidade tiver evidência de que a transação foi realizada em condições de mercado; (b) a transação ocorre sob coação ou o vendedor é forçado a aceitar o preço na transação. Por exemplo, esse pode ser o caso quando o vendedor está passando por dificuldades financeiras; (c) a unidade de contabilização representada pelo preço da transação é diferente da unidade de contabilização para o ativo ou passivo mensurado ao valor justo. Por exemplo, esse pode ser o caso se o ativo ou o passivo mensurado ao valor justo for apenas um dos elementos na transação (por exemplo, na combinação de negócios), a transação incluir direitos e privilégios implícitos que sejam mensurados separadamente de acordo com outro Pronunciamento ou o preço da transação incluir custos de transação; (d) o mercado no qual ocorre a transação é diferente do mercado principal (ou mais vantajoso). Por exemplo, esses mercados podem ser diferentes se a entidade for uma revendedora que celebrar transações com clientes no mercado de varejo, mas o mercado principal (ou mais vantajoso) para a transação de saída for com outros revendedores no mercado de revendedores.”*/

||C|| - Incorreta. Conforme CPC 46, “em muitos casos, o preço da transação é igual ao valor justo (esse pode ser o caso, por exemplo, quando, na data da transação, a transação para a compra de um ativo ocorre no mercado em que o ativo seria vendido)”;

“B4. Ao determinar se o valor justo no reconhecimento inicial é igual ao preço da transação, a entidade deve levar em conta fatores específicos da transação e do ativo ou passivo. Por exemplo, o preço da transação pode não representar o valor justo de ativo ou passivo no reconhecimento inicial se qualquer das condições seguintes se aplicar: (a) a transação for entre partes relacionadas, embora o preço na transação com partes relacionadas possa ser utilizado como informação na mensuração do valor justo se a entidade tiver evidência de que a transação foi realizada em condições de mercado; (b) a transação ocorre sob coação ou o vendedor é forçado a aceitar o preço na transação. Por exemplo, esse pode ser o caso quando o vendedor está passando por dificuldades financeiras; (c) a unidade de contabilização representada pelo preço da transação é diferente da unidade de contabilização para o ativo ou passivo mensurado ao valor justo. Por exemplo, esse pode ser o caso se o ativo ou o passivo mensurado ao valor justo for apenas um dos elementos na transação (por exemplo, na combinação de negócios), a transação incluir direitos e privilégios implícitos que sejam mensurados separadamente de acordo com outro Pronunciamento ou o preço da transação incluir custos de transação; (d) o mercado no qual ocorre a transação é diferente do mercado principal (ou mais vantajoso). Por exemplo, esses mercados podem ser diferentes se a entidade for uma revendedora que celebrar transações com clientes no mercado de varejo, mas o mercado principal (ou mais vantajoso) para a transação de saída for com outros revendedores no mercado de revendedores.”*/

||D|| - Correta. Conforme CPC 46, “em muitos casos, o preço da transação é igual ao valor justo (esse pode ser o caso, por exemplo, quando, na data da transação, a transação para a compra de um ativo ocorre no mercado em que o ativo seria vendido)”;

“B4. Ao determinar se o valor justo no reconhecimento inicial é igual ao preço da transação, a entidade deve levar em conta fatores específicos da transação e do ativo ou passivo. Por exemplo, o preço da transação pode não representar o valor justo de ativo ou passivo no reconhecimento inicial se qualquer das condições seguintes se aplicar: (a) a transação for entre partes relacionadas, embora o preço na transação com partes relacionadas possa ser utilizado como informação na mensuração do valor justo se a entidade tiver evidência de que a transação foi realizada em condições de mercado; (b) a transação ocorre sob coação ou o vendedor é forçado a aceitar o preço na transação. Por exemplo, esse pode ser o caso quando o vendedor está passando por dificuldades financeiras; (c) a unidade de contabilização representada pelo preço da transação é diferente da unidade de contabilização para o ativo ou passivo mensurado ao valor justo. Por exemplo, esse pode ser o caso se o ativo ou o passivo mensurado ao valor justo for apenas um dos elementos na transação (por exemplo, na combinação de negócios), a transação incluir direitos e privilégios implícitos que sejam mensurados separadamente de acordo com outro Pronunciamento ou o preço da transação incluir custos de transação; (d) o mercado no qual ocorre a transação é diferente do mercado principal (ou mais vantajoso). Por exemplo, esses mercados podem ser diferentes se a entidade for uma revendedora que celebrar transações com clientes no mercado de varejo, mas o mercado principal (ou mais vantajoso) para a transação de saída for com outros revendedores no mercado de revendedores.”*/

||E|| - Incorreta. Conforme CPC 46, “em muitos casos, o preço da transação é igual ao valor justo (esse pode ser o caso, por exemplo, quando, na data da transação, a transação para a compra de um ativo ocorre no mercado em que o ativo seria vendido)”;

“B4. Ao determinar se o valor justo no reconhecimento inicial é igual ao preço da transação, a entidade deve levar em conta fatores específicos da transação e do ativo ou passivo. Por exemplo, o preço da transação pode não representar o valor justo de ativo ou passivo no reconhecimento inicial se qualquer das condições seguintes se aplicar: (a) a transação for entre partes relacionadas, embora o preço na transação com partes relacionadas possa ser utilizado como informação na mensuração do valor justo se a entidade tiver evidência de que a transação foi realizada em condições de mercado; (b) a transação ocorre sob coação ou o vendedor é forçado a aceitar o preço na transação. Por exemplo, esse pode ser o caso quando o vendedor está passando por dificuldades financeiras; (c) a unidade de contabilização representada pelo preço da transação é diferente da unidade de contabilização para o ativo ou passivo mensurado ao valor justo. Por exemplo, esse pode ser o caso se o ativo ou o passivo mensurado ao valor justo for apenas um dos elementos na transação (por exemplo, na combinação de negócios), a transação incluir direitos e privilégios implícitos que sejam mensurados separadamente de acordo com outro Pronunciamento ou o preço da transação incluir custos de transação; (d) o mercado no qual ocorre a transação é diferente do mercado principal (ou mais vantajoso). Por exemplo, esses mercados podem ser diferentes se a entidade for uma revendedora que celebrar transações com clientes no mercado de varejo, mas o mercado principal (ou mais vantajoso) para a transação de saída for com outros revendedores no mercado de revendedores.”*/

Questão 38

A influência significativa de um investidor em uma companhia é geralmente evidenciada caso ele

- A detenha pelo menos 10% das ações que dão direito a voto.
- B seja parte relacionada de membro da diretoria da companhia.
- C detenha operações imateriais com a investida.
- D intercambie dirigentes com a companhia.
- E seja grande fornecedor da companhia.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme CPC 18(R3), “a existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) representação no conselho de administração ou na diretoria da investida;
- (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- (c) operações materiais entre o investidor e a investida;
- (d) intercâmbio de diretores ou gerentes;
- (e) fornecimento de informação técnica essencial.”*/

||B|| - Incorreta. Conforme CPC 18(R3), “a existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) representação no conselho de administração ou na diretoria da investida;
- (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- (c) operações materiais entre o investidor e a investida;
- (d) intercâmbio de diretores ou gerentes;
- (e) fornecimento de informação técnica essencial.”*/

||C|| - Incorreta. Conforme CPC 18(R3), “a existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) representação no conselho de administração ou na diretoria da investida;
- (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- (c) operações materiais entre o investidor e a investida;
- (d) intercâmbio de diretores ou gerentes;
- (e) fornecimento de informação técnica essencial.”*/

||D|| - Correta. Conforme CPC 18(R3), “a existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) representação no conselho de administração ou na diretoria da investida;
- (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- (c) operações materiais entre o investidor e a investida;
- (d) intercâmbio de diretores ou gerentes;
- (e) fornecimento de informação técnica essencial.”*/

||E|| - Incorreta. Conforme CPC 18(R3), “a existência de influência significativa por investidor geralmente é evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) representação no conselho de administração ou na diretoria da investida;
- (b) participação nos processos de elaboração de políticas, inclusive em decisões sobre dividendos e outras distribuições;
- (c) operações materiais entre o investidor e a investida;
- (d) intercâmbio de diretores ou gerentes;
- (e) fornecimento de informação técnica essencial.”*/

Texto 15A1

Os dados a seguir, fornecidos em milhões de reais, refletem a situação patrimonial de uma entidade nos dois últimos exercícios sociais, sendo X0 o ano inicial e X1 o ano final.

	X1	X0
ativo circulante cíclico	155	135
ativo circulante financeiro	160	145
ativo não circulante	210	190
passivo circulante cíclico	65	50
passivo circulante financeiro	130	120
passivo não circulante	330	300

O patrimônio líquido da entidade integra o passivo não circulante e foi de R\$ 245 milhões, em X0, e de R\$ 260 milhões, em X1.

Questão 39

No ano X1, o endividamento geral da entidade a que se refere o texto 15A1 foi

- A inferior a 50%.
- B superior a 50% e inferior a 65%.
- C superior a 65% e inferior a 80%.
- D superior a 80% e inferior a 95%.
- E superior a 95%.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. O índice de endividamento geral é resultado do total de capitais de terceiros (PCC+PCF+PNC-PL) pelo ativo total (ACC+ACF+ANC) o que resulta em $(65+130+330-260)/(155+160+210) = 0,505$ ou 50,5%.*/

||B|| - Correta. O índice de endividamento geral é resultado do total de capitais de terceiros (PCC+PCF+PNC-PL) pelo ativo total (ACC+ACF+ANC) o que resulta em $(65+130+330-260)/(155+160+210) = 0,505$ ou 50,5%.*/

||C|| - Incorreta. O índice de endividamento geral é resultado do total de capitais de terceiros (PCC+PCF+PNC-PL) pelo ativo total (ACC+ACF+ANC) o que resulta em $(65+130+330-260)/(155+160+210) = 0,505$ ou 50,5%.*/

||D|| - Incorreta. O índice de endividamento geral é resultado do total de capitais de terceiros (PCC+PCF+PNC-PL) pelo ativo total (ACC+ACF+ANC) o que resulta em $(65+130+330-260)/(155+160+210) = 0,505$ ou 50,5%.*/

||E|| - Incorreta. O índice de endividamento geral é resultado do total de capitais de terceiros (PCC+PCF+PNC-PL) pelo ativo total (ACC+ACF+ANC) o que resulta em $(65+130+330-260)/(155+160+210) = 0,505$ ou 50,5%.*/

Questão 40

No ano X0, a relação entre as fontes de recursos da entidade mencionada no texto 15A1 foi um número

- A inferior a 0,90.
- B superior a 0,90 e inferior a 0,99.
- C igual à unidade.
- D superior a 1,01 e inferior a 1,05.
- E superior a 1,05.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. A relação entre as fontes de recursos é dada pela divisão dos capitais de terceiros totais (PCC+PCF+PNC-PL) pelo patrimônio líquido, portanto, em X0, $225/245 = 0,9184$.*/

||B|| - Correta. A relação entre as fontes de recursos é dada pela divisão dos capitais de terceiros totais pelo patrimônio líquido, portanto, em X0, $225/245 = 0,9184$.*/

||C|| - Incorreta. A relação entre as fontes de recursos é dada pela divisão dos capitais de terceiros totais pelo patrimônio líquido, portanto, em X0, $225/245 = 0,9184$.*/

||D|| - Incorreta. A relação entre as fontes de recursos é dada pela divisão dos capitais de terceiros totais pelo patrimônio líquido, portanto, em X0, $225/245 = 0,9184$.*/

||E|| - Incorreta. A relação entre as fontes de recursos é dada pela divisão dos capitais de terceiros totais pelo patrimônio líquido, portanto, em X0, $225/245 = 0,9184$.*/

Questão 41

Entre os exercícios sociais analisados no texto 15A1, verifica-se que a relação entre os investimentos de curto prazo totais e as fontes de curto prazo totais da entidade apresenta

- A estabilidade.
- B variação absoluta superior a 15%.
- C variação absoluta inferior a 15% e superior a 10%.
- D variação absoluta inferior a 10% e superior a 5%.
- E variação absoluta inferior a 5%.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. Os investimentos de curto prazo totais são representados pelo ACC + ACF e somam R\$ 280 milhões em X0 e R\$ 315 milhões em X1, enquanto as fontes de curto prazo totais são representadas pelo PCC e PCF e somam R\$ 170 milhões em X0 e R\$ 195 milhões em X1. Portanto, em X0 a relação entre essas duas grandezas era de $280/170 = 1,65$, enquanto em X1 essa relação passou a ser $315/195 = 1,62$. Comparando-se as relações entre ambos os períodos verifica-se um recuo de aproximadamente $(1,62/1,65)-1 = 0,0182$ ou 1,82%.*/

||B|| - Incorreta. Os investimentos de curto prazo totais são representados pelo ACC + ACF e somam R\$ 280 milhões em X0 e R\$ 315 milhões em X1, enquanto as fontes de curto prazo totais são representadas pelo PCC e PCF e somam R\$ 170 milhões em X0 e R\$ 195 milhões em X1. Portanto, em X0 a relação entre essas duas grandezas era de $280/170 = 1,65$, enquanto em X1 essa relação passou a ser $315/195 = 1,62$. Comparando-se as relações entre ambos os períodos verifica-se um recuo de aproximadamente $(1,62/1,65)-1 = 0,0182$ ou 1,82%.*/

||C|| - Incorreta. Os investimentos de curto prazo totais são representados pelo ACC + ACF e somam R\$ 280 milhões em X0 e R\$ 315 milhões em X1, enquanto as fontes de curto prazo totais são representadas pelo PCC e PCF e somam R\$ 170 milhões em X0 e R\$ 195 milhões em X1. Portanto, em X0 a relação entre essas duas grandezas era de $280/170 = 1,65$, enquanto em X1 essa relação passou a ser $315/195 = 1,62$. Comparando-se as relações entre ambos os períodos verifica-se um recuo de aproximadamente $(1,62/1,65)-1 = 0,0182$ ou 1,82%.*/

||D|| - Incorreta. Os investimentos de curto prazo totais são representados pelo ACC + ACF e somam R\$ 280 milhões em X0 e R\$ 315 milhões em X1, enquanto as fontes de curto prazo totais são representadas pelo PCC e PCF e somam R\$ 170 milhões em X0 e R\$ 195 milhões em X1. Portanto, em X0 a relação entre essas duas grandezas era de $280/170 = 1,65$, enquanto em X1 essa relação passou a ser $315/195 = 1,62$. Comparando-se as relações entre ambos os períodos verifica-se um recuo de aproximadamente $(1,62/1,65)-1 = 0,0182$ ou 1,82%.*/

||E|| - Correta. Os investimentos de curto prazo totais são representados pelo ACC + ACF e somam R\$ 280 milhões em X0 e R\$ 315 milhões em X1, enquanto as fontes de curto prazo totais são representadas pelo PCC e PCF e somam R\$ 170 milhões em X0 e R\$ 195 milhões em X1. Portanto, em X0 a relação entre essas duas grandezas era de $280/170 = 1,65$, enquanto em X1 essa relação passou a ser $315/195 = 1,62$. Comparando-se as relações entre ambos os períodos verifica-se um recuo de aproximadamente $(1,62/1,65)-1 = 0,0182$ ou 1,82%.*/

Questão 42

Ainda no que concerne à situação apresentada no texto 15A1, em relação ao uso de fontes de recursos onerosas no financiamento dos investimentos, constata-se, no período analisado, uma variação

- A inferior a 3%.
 B superior a 3% e inferior a 6%.
 C superior a 6% e inferior a 9%.
 D superior a 9% e inferior a 12%.
 E superior a 12%.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Correta. A relação pedida é o passivo oneroso sobre o ativo total, que é obtido pela divisão do (PCF+PNC-PL) pelo ativo total. Em X0 essa relação foi de 0,372 e em X1 foi de 0,381, portanto, uma variação de 2,313% entre os dois períodos.*

||B|| - Incorreta. A relação pedida é o passivo oneroso sobre o ativo total que é obtido pela divisão do (PCF+PNC-PL) pelo ativo total. Em X0 essa relação foi de 0,372 e em X1 foi de 0,381, portanto, uma variação de 2,313% entre os dois períodos.*

||C|| - Incorreta. A relação pedida é o passivo oneroso sobre o ativo total que é obtido pela divisão do (PCF+PNC-PL) pelo ativo total. Em X0 essa relação foi de 0,372 e em X1 foi de 0,381, portanto, uma variação de 2,313% entre os dois períodos.*

||D|| - Incorreta. A relação pedida é o passivo oneroso sobre o ativo total que é obtido pela divisão do (PCF+PNC-PL) pelo ativo total. Em X0 essa relação foi de 0,372 e em X1 foi de 0,381, portanto, uma variação de 2,313% entre os dois períodos.*

||E|| - Incorreta. A relação pedida é o passivo oneroso sobre o ativo total que é obtido pela divisão do (PCF+PNC-PL) pelo ativo total. Em X0 essa relação foi de 0,372 e em X1 foi de 0,381, portanto, uma variação de 2,313% entre os dois períodos.*

Questão 43

Conforme as definições apresentadas na NBC T SP 34 – Custos no Setor Público, os principais métodos de custeio no setor público são

- A direto, variável, por absorção parcial e por absorção integral (pleno).
 B por absorção, variável ou direto, baseado em atividades (ABC) e por unidade de esforço de produção (UEP).
 C custo-padrão, custo ideal, custo estimado e custo corrente.
 D custo-meta, custo-padrão, custeio direto e de gestão econômica.
 E baseado em atividades (ABC), custo-meta, custeio por absorção e custo-padrão.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Correta. Segundo o disposto na NBC T SP 34 – Custos no Setor Público, os principais métodos de custeio são: direto, variável, por absorção parcial e por absorção integral (pleno).*

||B|| - Incorreta. Segundo o disposto na NBC T SP 34 – Custos no Setor Público, os principais métodos de custeio são: direto, variável, por absorção parcial e por absorção integral (pleno).*

||C|| - Incorreta. Segundo o disposto na NBC T SP 34 – Custos no Setor Público, os principais métodos de custeio são: direto, variável, por absorção parcial e por absorção integral (pleno).*

||D|| - Incorreta. Segundo o disposto na NBC T SP 34 – Custos no Setor Público, os principais métodos de custeio são: direto, variável, por absorção parcial e por absorção integral (pleno).*

||E|| - Incorreta. Segundo o disposto na NBC T SP 34 – Custos no Setor Público, os principais métodos de custeio são: direto, variável, por absorção parcial e por absorção integral (pleno).*

Questão 44

receitas orçamentárias	
previsão inicial	\$ 1.200
previsão atualizada	\$ 1.800
receitas realizadas	\$ 1.690

despesas orçamentárias	
dotação inicial	\$ 1.200
dotação atualizada	\$ 1.800
despesas empenhadas	\$ 1.750
despesas liquidadas	\$ 1.690
despesas pagas	\$ 1.420

As informações apresentadas foram extraídas do quadro principal do balanço orçamentário de determinada entidade pública em um exercício financeiro já encerrado. A partir dessas informações, é correto afirmar que, na apuração do resultado orçamentário do exercício (ROE) do balanço orçamentário desse exercício financeiro, já encerrado, o resultado orçamentário foi

- A deficitário em \$ 110.
 B deficitário em \$ 60.
 C nulo.
 D superavitário em \$ 270.
 E superavitário em \$ 380.

JUSTIFICATIVAS

||A|| - Incorreta. O resultado orçamentário é apurado confrontando-se a receita realizada (1.690) – despesa empenhada (1.750) = deficitário em 60.*

||B|| - Correta. O resultado orçamentário é apurado confrontando-se a receita realizada (1.690) – despesa empenhada (1.750) = deficitário em 60.*

||C|| - Incorreta. O resultado orçamentário é apurado confrontando-se a receita realizada (1.690) – despesa empenhada (1.750) = deficitário em 60.*

||D|| - Incorreta. O resultado orçamentário é apurado confrontando-se a receita realizada (1.690) – despesa empenhada (1.750) = deficitário em 60.*

||E|| - Incorreta. O resultado orçamentário é apurado confrontando-se a receita realizada (1.690) – despesa empenhada (1.750) = deficitário em 60.*

Questão 45

No primeiro exercício financeiro, já encerrado, em uma entidade pública, foram contabilizados os seguintes eventos envolvendo a conta caixa e equivalentes de caixa:

- reconhecimento de créditos a receber no valor de \$ 400 mil, com 80% desse valor arrecadados;
- empenho e liquidação referente à aquisição de equipamentos no valor de \$ 300 mil, metade paga à vista e metade inscrita em restos a pagar;
- empenho, liquidação e pagamento da folha de remuneração de servidores no valor de \$ 200 mil;
- recebimento de transferências financeiras no valor de \$ 40 mil.

Considerando as informações precedentes, é correto afirmar que, na apuração do resultado financeiro do exercício (RFE) do balanço financeiro desse exercício financeiro, já encerrado, o resultado financeiro foi

- A deficitário em \$ 60 mil.
 B deficitário em \$ 30 mil.

- B compreensibilidade.
- C representação fidedigna.
- D tempestividade.
- E comparabilidade.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Segundo o item 3.10 da NBC T SP Estrutura Conceitual, para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.*/

||B|| - Incorreta. Segundo o item 3.10 da NBC T SP Estrutura Conceitual, para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.*/

||C|| - Correta. Segundo o item 3.10 da NBC T SP Estrutura Conceitual, para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.*/

||D|| - Incorreta. Segundo o item 3.10 da NBC T SP Estrutura Conceitual, para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.*/

||E|| - Incorreta. Segundo o item 3.10 da NBC T SP Estrutura Conceitual, para ser útil como informação contábil, a informação deve corresponder à representação fidedigna dos fenômenos econômicos e outros que se pretenda representar. A representação fidedigna é alcançada quando a representação do fenômeno é completa, neutra e livre de erro material.*/

▼ Questão 49

No setor público, as provisões devem ser reavaliadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e ajustadas para refletir a melhor estimativa corrente. Sendo assim, caso, ao final de determinado exercício financeiro, seja confirmada uma obrigação a pagar de \$ 100 referente a uma provisão anteriormente constituída de \$ 90, deve ser registrado

- A um débito na conta de provisão de \$ 100 e um crédito da obrigação a pagar de \$ 100.
- B um débito na conta de provisão de \$ 90, um débito de uma variação patrimonial diminutiva de \$ 10 e um crédito da obrigação a pagar de \$ 100.
- C um débito na conta de provisão de \$ 100, um crédito da obrigação a pagar de \$ 90 e um crédito de uma variação patrimonial aumentativa de \$ 10.
- D um débito na conta de provisão de \$ 100 e um crédito de reversão da provisão de \$ 100.
- E um débito da obrigação a pagar de \$ 100 e um crédito na conta de provisão de \$ 100.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. De acordo com a página 298 do MCASP 10.^a edição, esse lançamento é feito quando o valor da obrigação é igual ao valor da provisão constituída, o que não é o caso.*/

||B|| - Correta. De acordo com a página 298 do MCASP 10.^a edição, esse lançamento é feito quando o valor da obrigação é maior que o valor da provisão constituída.*/

||C|| - Incorreta. De acordo com a página 298 do MCASP 10.^a edição, esse lançamento é feito quando o valor da obrigação é menor que o valor da provisão constituída, o que não é o caso.*/

||D|| - Incorreta. De acordo com a página 298 do MCASP 10.^a edição, esse lançamento só será feito quando não for mais provável que será necessária uma saída de recursos para o pagamento da obrigação e quando a provisão dever ser revertida, o que não é o caso, já que a obrigação foi confirmada.*/

||E|| - Incorreta. Não haverá baixa da obrigação, já que ela foi confirmada. Só será debitada a obrigação a pagar quando ela for paga.*/

▼ Questão 50

Conforme o disposto na NBC T SP 04 – Estoques, na contabilização do ajuste de perdas de estoques no setor público, para adequação ao valor realizável líquido, deve ser

- A debitada uma conta de variação patrimonial diminutiva de ajuste de perdas de estoques e creditada uma conta redutora de ativo de ajuste de perdas de estoques.
- B debitada uma conta de ativo de estoques e creditada uma conta de variação patrimonial diminutiva de ajuste de perdas de estoques.
- C debitada uma conta redutora de ativo de ajuste de perdas de estoques e creditada uma conta de variação patrimonial aumentativa de ajuste de perdas de estoques.
- D debitada uma conta de variação patrimonial aumentativa de ajuste de perdas de estoques e creditada uma conta de ativo de estoques.
- E debitada uma conta redutora de ativo de ajuste de perdas de estoques e creditada uma conta de ativo de estoques.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Conforme disposto na página 186 do MCASP 10.^a edição, deverá ser registrada uma variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas de estoques em contrapartida a uma conta redutora de ativo de ajuste de perdas de estoques.*/

||B|| - Incorreta. Conforme disposto na página 186 do MCASP 10.^a edição, deverá ser registrada uma variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas de estoques em contrapartida a uma conta redutora de ativo de ajuste de perdas de estoques.*/

||C|| - Incorreta. Conforme disposto na página 186 do MCASP 10.^a edição, deverá ser registrada uma variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas de estoques em contrapartida a uma conta redutora de ativo de ajuste de perdas de estoques.*/

||D|| - Incorreta. Conforme disposto na página 186 do MCASP 10.^a edição, deverá ser registrada uma variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas de estoques em contrapartida a uma conta redutora de ativo de ajuste de perdas de estoques.*/

||E|| - Incorreta. Conforme disposto na página 186 do MCASP 10.^a edição, deverá ser registrada uma variação patrimonial diminutiva com ajuste de perdas de estoques em contrapartida a uma conta redutora de ativo de ajuste de perdas de estoques.*/

▼ Questão 51

De acordo com a NBC T SP 07 – Imobilizado, quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, eles ficarão sujeitos à depreciação sistemática durante esse período. Caso haja um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total deste mesmo ativo imobilizado, esse item

- A não deve ser depreciado.

- B deve ser depreciado usando-se a mesma vida útil e o mesmo método de depreciação dos demais componentes desse ativo.
- C deve ser depreciado separadamente.
- D deve ter o seu desgaste absorvido diretamente como custo de produção, sem passar pelo processo de depreciação.
- E deve ter o seu desgaste lançado como valor residual.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme disposto na página 233 do MCASP 10.^a edição, deve ser depreciado separadamente cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item.*/

||B|| - 37. Incorreta. Conforme disposto na página 233 do MCASP 10.^a edição, deve ser depreciado separadamente cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item.*/

||C|| - 38. Correta. Conforme disposto na página 233 do MCASP 10.^a edição, deve ser depreciado separadamente cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item.*/

||D|| - 39. Incorreta. Conforme disposto na página 233 do MCASP 10.^a edição, deve ser depreciado separadamente cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item.*/

||E|| - 40. Incorreta. Conforme disposto na página 233 do MCASP 10.^a edição, deve ser depreciado separadamente cada componente de um item do ativo imobilizado com custo significativo em relação ao custo total do item.*/

Questão 52

Conforme a NBC T SP 08 – Ativo Intangível, no setor público, os gastos relativos a projeto de pesquisa ou de desenvolvimento em andamento, adquiridos em separado e reconhecidos como ativo intangível, devem ser contabilizados

- A de acordo com a fase de pesquisa ou de desenvolvimento.
- B de acordo com as condições operacionais pretendidas pela administração.
- C com a reintegração de gastos anteriormente reconhecidos como variação patrimonial diminutiva.
- D a partir do acesso de terceiros a esses benefícios ou serviços.
- E quando os direitos forem transferidos ou separados da entidade ou de outras obrigações.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. De acordo com a página 245 do MCASP 10.^a edição, os gastos relativos a projeto de pesquisa ou desenvolvimento em andamento, adquiridos em separado e reconhecidos como ativo intangível ou incorridos após a aquisição desse projeto, devem ser contabilizados de acordo com a fase de pesquisa ou de desenvolvimento.*/

||B|| - Incorreta. De acordo com a página 245 do MCASP 10.^a edição, os gastos relativos a projeto de pesquisa ou desenvolvimento em andamento, adquiridos em separado e reconhecidos como ativo intangível ou incorridos após a aquisição desse projeto, devem ser contabilizados de acordo com a fase de pesquisa ou de desenvolvimento.*/

||C|| - Incorreta. De acordo com a página 245 do MCASP 10.^a edição, os gastos relativos a projeto de pesquisa ou desenvolvimento em andamento, adquiridos em separado e reconhecidos como ativo intangível ou incorridos após a aquisição desse projeto, devem ser contabilizados de acordo com a fase de pesquisa ou de desenvolvimento.*/

||D|| - Incorreta. De acordo com a página 245 do MCASP 10.^a edição, os gastos relativos a projeto de pesquisa ou desenvolvimento em andamento, adquiridos em separado e reconhecidos como ativo intangível ou incorridos após a aquisição desse projeto, devem ser contabilizados de acordo com a fase de pesquisa ou de desenvolvimento.*/

||E|| - Incorreta. De acordo com a página 245 do MCASP 10.^a edição, os gastos relativos a projeto de pesquisa ou desenvolvimento em andamento, adquiridos em separado e reconhecidos como ativo intangível ou incorridos após a aquisição desse projeto, devem ser contabilizados de acordo com a fase de pesquisa ou de desenvolvimento.*/

Questão 53

De acordo com as disposições da NBC T SP 09 – Redução ao Valor Recuperável, no setor público, o valor recuperável é obtido a partir

- A da diferença entre o custo de aquisição do ativo e o seu valor em uso.
- B do menor montante entre o custo de reposição ou substituição e o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa).
- C da diferença entre o preço líquido de venda e o custo de aquisição do ativo.
- D do preço que a entidade receberia se vendesse o ativo em uma transação não forçada.
- E do maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme disposto na página 256 da 10.^a edição do MCASP, o valor recuperável é o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso.*/

||B|| - Incorreta. Conforme disposto na página 256 da 10.^a edição do MCASP, o valor recuperável é o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso.*/

||C|| - Incorreta. Conforme disposto na página 256 da 10.^a edição do MCASP, o valor recuperável é o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso.*/

||D|| - Incorreta. Conforme disposto na página 256 da 10.^a edição do MCASP, o valor recuperável é o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso.*/

||E|| - Correta. Conforme disposto na página 256 da 10.^a edição do MCASP, o valor recuperável é o maior montante entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo (ou da unidade geradora de caixa) e o seu valor em uso.*/

Questão 55

Uma fábrica produz, por dia, 1.200 peças em 8 horas de trabalho, com 20 máquinas funcionando continuamente.

Na situação hipotética apresentada, se a fábrica mantiver a mesma produtividade e operar com 25 máquinas por 10 horas contínuas, a quantidade de peças produzidas por dia será igual a

- A 1.875.
- B 2.500.
- C 3.000.
- D 3.750.
- E 4.500.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. Sabendo-se que todas as grandezas, nesse caso, são diretamente proporcionais, a fábrica, no primeiro cenário, produz 150 peças por hora e cada máquina produz $150/20$ peças por hora. Então, no segundo cenário, mantendo-se o mesmo ritmo de produtividade, 25 máquinas produzirão $25 \times 150/20$ peças por hora e a fábrica produzirá, por dia, $25 \times 150 \times 10/20$, o que equivale a 1.875 peças.*/

||B|| - Incorreta. A quantidade de peças produzidas por dia será igual a 1.875.*/

||C|| - Incorreta. A quantidade de peças produzidas por dia será igual a 1.875.*/
 ||D|| - Incorreta. A quantidade de peças produzidas por dia será igual a 1.875.*/
 ||E|| - Incorreta. A quantidade de peças produzidas por dia será igual a 1.875.*/
Questão 56
 Se João investir R\$ 5.000 em uma aplicação que rende juros simples de 9% ao ano, então, após 2 anos e 5 meses, o montante total acumulado será

- A inferior a R\$ 6.000,00.
 B superior ou igual a R\$ 6.000 e inferior a R\$ 6.300,00.
 C superior ou igual a R\$ 6.300 e inferior a R\$ 6.600,00.
 D superior ou igual a R\$ 6.600 e inferior a R\$ 6.900,00.
 E superior ou igual a R\$ 6.900.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. $R\$ 6.087,50 > R\$ 6.000$.*/

||B|| - Correta. Em primeiro lugar, deve-se ajustar a taxa anual para taxa mensal. Como se trata de um problema de juros simples, basta dividir a taxa anual por 12; logo, a taxa anual de 9% equivale à taxa mensal de 0,75%. O período de 2 anos e 5 meses equivale a 29 meses. Aplicando-se esses valores na fórmula de juros simples $M = M_0 \times (1 + i \times n)$, em que i equivale à taxa de juros mensal e n equivale ao período, em meses, logo, $M = 5000(1 + 0,0075 \times 29) = R\$ 6.087,50$.*/

||C|| - Incorreta. O valor correto é R\$ 6.087,50.*/
 ||D|| - Incorreta. O valor correto é R\$ 6.087,50.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor correto é R\$ 6.087,50.*/
Questão 57
 Maria realizou um empréstimo no valor de R\$ 8.000 à taxa nominal de 12% ao ano, com capitalização semestral, cujo pagamento deverá ser feito em parcela única um ano após o recebimento do valor.

Na situação hipotética precedente, se o empréstimo tiver sido feito em janeiro de 2025, o valor a ser pago em janeiro de 2026 será

- A inferior a R\$ 8.960,00.
 B superior ou igual a R\$ 8.980,00 e inferior a R\$ 9.000,00.
 C superior ou igual a R\$ 9.000,00 e inferior a R\$ 9.265,50.
 D superior ou igual a R\$ 9.265,50 e inferior a R\$ 9.886,40.
 E superior ou igual a R\$ 10.035,20.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Para uma taxa nominal de 12% a.a, com capitalização semestral, haverá uma taxa efetiva de $12/2 = 6\%$ a.s. Assim, para o período de 1 ano, ou 2 semestres, tem-se que $C = 8000(1+0,06)^2 = R\$ 8.988,80$. Portanto, a opção está errada.*/
 ||B|| - Correta. Uma taxa nominal de 12% ao ano, cuja capitalização é semestral, é equivalente a uma taxa efetiva de 6% ao semestre. Logo, como o empréstimo deverá ser pago em parcela única em janeiro de 2026, um ano após o recebimento do valor, o valor a ser pago será igual a $C = C_0(1 + i)^n$, em que C corresponde ao valor total que deverá ser pago, C_0 corresponde ao valor inicial do empréstimo (R\$ 8.000), i corresponde à taxa efetiva (6% ao semestre) e n equivale à quantidade de semestres (2). Portanto,

$C = 8.000(1 + 0,06)^2$
 $C = R\$ 8.988,80$.*/
 ||C|| - Incorreta. Para uma taxa nominal de 12% a.a, com capitalização semestral, haverá uma taxa efetiva de $12/2 = 6\%$ a.s. Assim, para o período de 1 ano, ou 2 semestres, tem-se que $C = 8.000(1+0,06)^2 = R\$ 8.988,80$. Portanto, a opção está errada.*/
 ||D|| - Incorreta. Para uma taxa nominal de 12% a.a, com capitalização semestral, haverá uma taxa efetiva de $12/2 = 6\%$

$C = 8.000(1 + 0,06)^2$
 $C = R\$ 8.988,80$.*/

||C|| - Incorreta. Para uma taxa nominal de 12% a.a, com capitalização semestral, haverá uma taxa efetiva de $12/2 = 6\%$ a.s. Assim, para o período de 1 ano, ou 2 semestres, tem-se que $C = 8.000(1+0,06)^2 = R\$ 8.988,80$. Portanto, a opção está errada.*/
 ||D|| - Incorreta. Para uma taxa nominal de 12% a.a, com capitalização semestral, haverá uma taxa efetiva de $12/2 = 6\%$

a.s. Assim, para o período de 1 ano, ou 2 semestres, tem-se que $C = 8.000(1+0,06)^2 = R\$ 8.988,80$. Portanto, a opção está errada.*/
 ||E|| - Incorreta. Para uma taxa nominal de 12% a.a, com capitalização semestral, haverá uma taxa efetiva de $12/2 = 6\%$

a.s. Assim, para o período de 1 ano, ou 2 semestres, tem-se que $C = 8.000(1+0,06)^2 = R\$ 8.988,80$. Portanto, a opção está errada.*/
 ||E|| - Incorreta. Para uma taxa nominal de 12% a.a, com capitalização semestral, haverá uma taxa efetiva de $12/2 = 6\%$ a.s. Assim, para o período de 1 ano, ou 2 semestres, tem-se que $C = 8.000(1+0,06)^2 = R\$ 8.988,80$. Portanto, a opção está errada.*/
Questão 58
 Joana possui uma dívida de R\$ 15.000,00 com certo banco, cujo vencimento será em 3 anos. O banco ofereceu desconto de 90% ao ano, caso Maria faça o pagamento hoje.

A partir dos dados fornecidos nessa situação hipotética, considerando-se $1,9^{-1} = 0,53$, se a negociação for aceita para a quitação da dívida, Maria pagará hoje um valor

- A superior a R\$ 5.236.
 B inferior ou igual a R\$ 5.236 e superior a R\$ 4.425.
 C inferior ou igual a R\$ 4.425 e superior a R\$ 3.650.
 D inferior ou igual a R\$ 3.650 e superior a R\$ 2.250.
 E inferior ou igual a R\$ 2.250.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O valor a ser pago será inferior ou igual a R\$ 2.250.*/
 ||B|| - Incorreta. O valor a ser pago será inferior ou igual a R\$ 2.250.*/
 ||C|| - Incorreta. O valor a ser pago será inferior ou igual a R\$ 2.250.*/
 ||D|| - Incorreta. O valor a ser pago será inferior ou igual a R\$ 2.250.*/
 ||E|| - Correta. A questão apresenta um desconto comercial baseado em uma taxa anual de 90%. Para a solução da questão, o conceito de desconto racional (valor presente) será utilizado. Assim, $V_P = V_0/(1 + i)^n$, em que V_P corresponde ao valor presente, V_0 corresponde ao valor inicial, i corresponde à taxa de desconto e n corresponde ao período — nesse caso, em anos.

Portanto, $V_P = 15.000/(1+0,9)^3 = 15.000 \times (1,9)^{-3}$
 $V_P = 15.000 \times (0,53)^3 = 2.233,15$.

O valor a ser pago caso Maria aceite o que foi negociado pelo banco será inferior ou igual a R\$ 2,250,00.*/
Questão 59
 Uma pessoa planeja investir mensalmente R\$ 2.000 durante 5 anos em uma aplicação que oferece uma taxa de juros composta de 1% ao mês.

Nessa situação hipotética, considerando-se que o montante gerado ao final do período siga a fórmula de uma renda uniforme postecipada e que $1,01^{20} = 1,22$, o valor do montante ao final dos 5 anos será

- A superior a R\$ 120.000 e inferior ou igual a R\$ 140.000.
 B superior a R\$ 140.000 e inferior ou igual a R\$ 160.000.
 C superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.
 D superior a R\$ 180.000 e inferior ou igual a R\$ 200.000.
 E superior a R\$ 200.000.

||A|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||B|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/
 ||C|| - Correta. Para uma renda postecipada, o montante (M) será dado por $M = D \cdot [(1 + i)^n - 1]/i$, em que D corresponde ao depósito mensal e i , à taxa de juros. Assim,
 $M = 2000 \cdot \{[(1,01)^{20}]^5 - 1\}/0,01$
 $M = 2000 \cdot [1,815848 - 1]/0,01$
 $M = 163.169,60$.

Portanto, o valor será superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/

||D|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/

||E|| - Incorreta. O valor será igual a 163.169,60, que é superior a R\$ 160.000 e inferior ou igual a R\$ 180.000.*/

Questão 60

Em relação aos modelos de amortização utilizados em operações financeiras, julgue os itens subsequentes.

I No sistema de amortização constante (SAC), as parcelas têm valores decrescentes ao longo do tempo, pois a amortização é constante e os juros incidem sobre o saldo devedor remanescente.

II No sistema de amortização price (tabela price), as parcelas possuem valores fixos ao longo do tempo, sendo os juros no início do período mais elevados, enquanto a amortização aumenta gradativamente.

III No sistema de amortização misto, cada prestação (pagamento) é a média aritmética das prestações respectivas no sistema price e no sistema de amortização constante (SAC).

Assinale a opção correta.

A Apenas o item I está certo.

B Apenas o item III está certo.

C Apenas os itens I e II estão certos.

D Apenas os itens II e III estão certos.

E Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Os itens II e III também estão certos.*/

||B|| - Incorreta. Os itens I e II também estão certos.*/

||C|| - Incorreta. O item III também está certo.*/

||D|| - Incorreta. O item I também está certo.*/

||E|| - Correta.

O item I está certo, pois, no sistema SAC, a amortização é constante, e as parcelas totais diminuem porque os juros incidem sobre o saldo devedor, que reduz a cada pagamento.

O item II está certo, pois, no caso do sistema *price*, as parcelas são fixas, mas, inicialmente, a maior parte da parcela é composta por juros, e a amortização cresce com o tempo.

O item III está certo, pois o sistema de amortização misto (SAM) é um método de financiamento que combina os sistemas de amortização SAC e *price*. O SAM é uma média aritmética entre as prestações dos dois sistemas.*/

Questão 61

Acerca da taxa interna de retorno (TIR), julgue os itens a seguir.

I Calcula-se por meio da TIR a taxa de desconto que um fluxo de caixa deve ter para que seu valor presente líquido (VPL) seja zerado.

II A TIR permite que se avalie a saúde financeira de uma empresa, pois revela as potenciais perdas referentes às aplicações realizadas.

III Se o valor presente dos fluxos de caixa for maior que o do investimento inicial, a TIR será positiva, e o investimento será considerado rentável e vantajoso.

Assinale a opção correta.

A Apenas o item I está certo.

B Apenas o item II está certo.

C Apenas os itens I e III estão certos.

D Apenas os itens II e III estão certos.

E Todos os itens estão certos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O item III também está certo.*/

||B|| - Incorreta. O item II é o único item errado.*/

||C|| - Correta.

O item I está certo, pois a TIR é a taxa de juros que equilibra o fluxo de caixa dos recebimentos com o fluxo de caixa dos pagamentos em um projeto de investimentos.

O item II está errado, pois, embora a TIR seja uma importante ferramenta de análise de investimentos, não é possível utilizá-la para analisar a saúde financeira de uma empresa, pois não revela as potenciais perdas referentes às aplicações.

O item III está certo, pois, quanto maior for a TIR, maior será a rentabilidade do projeto de investimento.*/

||D|| - Incorreta. O item II está errado.*/

||E|| - Incorreta. O item II é o único item errado.*/

Questão 62

Marta, Maria e Márcia uniram suas economias, que totalizaram R\$ 107,00, e saíram de casa para comprar sorvete. Sabe-se que a razão entre o valor levado por Marta e o valor levado por Maria é igual a $\frac{4}{7}$ e que a diferença entre os valores dessas duas é igual a R\$ 15,00.

Na situação hipotética apresentada, o valor que Márcia levou é igual a

A R\$ 20,00.

B R\$ 35,00.

C R\$ 47,00.

D R\$ 52,00.

E R\$ 64,00.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. O valor levado por Márcia é igual a R\$ 52,00.*/

||B|| - Incorreta. O valor levado por Márcia é igual a R\$ 52,00.*/

||C|| - Incorreta. O valor levado por Márcia é igual a R\$ 52,00.*/

||D|| - Correta.

Denotando-se x como o valor levado por Marta, y , o levado por Maria e z , o levado por Márcia, conclui-se que

i. $x + y + z = 107$.

ii. $x/y = 4/7$.

iii. $y - x = 15$.

Ao isolar o valor de y na equação iii, tem-se que $y = 15 + x$.

Substituindo-se o valor de y na equação ii,

i. $x/(15+x)=4/7 \rightarrow 7x=4(15+x) \rightarrow 7x=60+4x \rightarrow x=20$.

ii. $y = 15 + x = 35$.

iii. $x + y + z = 107 \rightarrow z + 55 = 107 \rightarrow z = 52$.

Portanto, o valor levado por Márcia é igual a R\$ 52,00.*/

||E|| - Incorreta. O valor levado por Márcia é igual a R\$ 52,00.*/

Questão 63

Durante uma auditoria em um órgão público, a equipe de auditoria identificou contratos de prestação de serviços firmados sem a publicação obrigatória no Diário Oficial e com falhas na formalização dos processos licitatórios, apesar de ter sido constatada a efetiva execução dos serviços.

Na situação hipotética precedente, observadas as melhores práticas de auditoria governamental e o papel da conformidade, a equipe de auditoria deverá

A considerar os contratos válidos após confirmar a entrega dos serviços, pois o interesse público foi atendido.

- B recomendar a anulação dos contratos e a devolução total dos valores pagos, desconsiderando a efetiva prestação dos serviços.
- C avaliar a conformidade dos contratos com a legislação e recomendar a regularização dos procedimentos.
- D ignorar a irregularidade, caso se conclua que não foi gerado dano financeiro ao órgão.
- E limitar o exame apenas ao fluxo de caixa, sem avaliar a legalidade dos contratos.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A auditoria de conformidade requer análise da legalidade formal dos contratos; a prestação efetiva dos serviços não sana a ausência de procedimentos legais obrigatórios (TCU, 2020).*/

||B|| - Incorreta. Medidas extremas como anulação e devolução unilateral desconsideram o princípio da proporcionalidade e o interesse público. Cada caso deve ser analisado tecnicamente (ISSAI 400).*/

||C|| - Correta. É necessário avaliar a aderência legal e, se possível, recomendar regularização, com foco no respeito às normas e na transparência (TCU. Manual de Auditoria Governamental, 2020).*/

||D|| - Incorreta. Falhas formais podem ter impacto material futuro e comprometer a integridade dos controles.*/

||E|| - Incorreta. A auditoria deve ser ampla, incluindo aspectos legais, operacionais e financeiros.*/

Questão 64

Em uma auditoria operacional de um programa de governo de assistência habitacional, a equipe de auditoria verificou que 98% dos recursos previstos foram empenhados e liquidados, e todas as metas físicas foram registradas no sistema. No entanto, em visita à comunidade feita pela equipe de auditoria, moradores relataram que a qualidade das moradias é insatisfatória e que há grande rotatividade de beneficiários.

Nessa situação hipotética, a abordagem principal da equipe de auditoria deverá ser a de

- A verificar apenas a documentação fiscal das despesas para certificar que os pagamentos seguiram a lei.
- B analisar se a execução financeira seguiu o cronograma físico-financeiro aprovado.
- C recomendar o aumento do investimento para assegurar cobertura a todos os interessados, independentemente dos resultados apresentados.
- D avaliar a eficácia do programa por meio de indicadores sociais e medir se o resultado real atende ao objetivo público proposto.
- E sugerir à equipe do programa a elaboração de um relatório de satisfação dos beneficiários, sem outras providências.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Auditorias operacionais vão além de documentos fiscais, analisando resultados junto à sociedade (TCU, 2020).*/

||B|| - Incorreta. O controle físico-financeiro é importante, mas não suficiente para mensurar efetividade (ISSAI 3000).*/

||C|| - Incorreta. Aumentar investimento não resolve problemas de eficácia ou qualidade.*/

||D|| - Correta. O objetivo da auditoria operacional é avaliar se os objetivos e impactos sociais dos programas foram atingidos, inclusive pela análise da qualidade percebida pelo usuário (TCU. Manual de Auditoria Operacional, 2020).*/

||E|| - Incorreta. Pesquisa de satisfação é ferramenta válida, mas insuficiente como ação exclusiva diante das evidências do campo.*/

Questão 65

Considere que, ao planejar uma auditoria de conformidade sobre licitações em um órgão estadual, a equipe tenha se deparado com 6.800 processos licitatórios. Nesse caso, para que haja o melhor uso dos recursos e para que se obtenham conclusões representativas, a estratégia apropriada, segundo as normas internacionais e nacionais, que a equipe de auditoria em questão deverá adotar será a de

- A selecionar uma amostra estatística aleatória simples, sem considerar risco ou valor dos contratos, para garantir imparcialidade.
- B aplicar amostragem estatística estratificada, segmentando processos por critérios como valor, modalidade/licitação e histórico de ocorrência de irregularidades.
- C realizar auditoria exaustiva e completa em todos os processos, pois apenas assim será possível ter certeza dos achados e da real situação dos contratos.
- D escolher processos a partir da experiência dos auditores, focando onde historicamente houve problemas e valorizando, assim, o histórico de atos do órgão.
- E concentrar-se apenas nos processos da modalidade pregão eletrônico, por serem mais recorrentes e pela possibilidade de fraude eletrônica nos dias atuais.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Amostragem simples ignora a heterogeneidade e os diferentes riscos potenciais no universo auditado (ISSAI 530; TCU, 2020).*/

||B|| - Correta. Amostragem estratificada com base em risco e materialidade permite resultados mais robustos, aproveitando recursos e ampliando a qualidade das conclusões (ISSAI 530; TCU, 2020).*/

||C|| - Incorreta. Auditoria total é inviável e desnecessária; auditoria baseada em risco e materialidade é mais eficiente (ISSAI 530; MCASP, 2021).*/

||D|| - Incorreta. Critério subjetivo pode enviesar resultados e comprometer imparcialidade.*/

||E|| - Incorreta. Foco apenas em uma modalidade de licitação compromete o alcance e a representatividade da auditoria.*/

Questão 66

Durante auditoria simultânea de obras públicas estaduais financiadas por consórcios, os auditores notaram incompatibilidade entre os laudos de engenharia, os resultados das inspeções físicas, os registros em sistemas financeiros digitais e as informações declaradas à sociedade nos portais de transparência. O relatório preliminar suscitou forte reação de gestores e pressão midiática, com acusações de parcialidade.

Nessa situação, considerando-se a ética, a transparência, a independência e os normativos vigentes, a postura ideal a ser adotada pela equipe de auditoria será a de

- A buscar evidências, aprofundar os exames, documentar limitações, reforçar matriz de risco e amparar conclusões em evidências sólidas e fundamentação doutrinária.

- B revisar os achados e ajustar o relatório, reestruturando a abordagem e omitindo os pontos sensíveis para evitar crise institucional e preservar reputações.
- C suspender os trabalhos de levantamentos e análises e encerrar a auditoria sem emissão de relatório, alegando risco de conflito de interesses por parte da equipe de auditoria.
- D continuar os trabalhos e realizar a substituição da equipe de auditores pressionados, sem alterar a metodologia, para mostrar flexibilidade institucional.
- E continuar os trabalhos e facultar que o texto final seja revisado previamente pelos gestores auditados, para garantir correção de possíveis interpretações equivocadas.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. O Manual do TCU (2020, cap. 8) e o NBASP 1300 reforçam: frente à pressão, o auditor deve redobrar diligência técnica, documentar limitações, reforçar matriz de risco e amparar conclusões em evidências sólidas e fundamentação doutrinária.*/

||B|| - Incorreta. Conforme ISSAI 100 e NBASP 1300/1400 (Independência), omissão intencional de achados viola ética, transparência e pode configurar infração disciplinar, além de impactar a legitimidade social do controle.*/

||C|| - Incorreta. Deixar de reportar descumpra obrigação institucional e accountability pública (ISSAI 100: Transparência e responsabilidade).*/

||D|| - Incorreta. A substituição de auditores não resolve os riscos percebidos ou as limitações do relatório. A resposta deve ser técnica, não procedimental.*/

||E|| - Incorreta. Revisão prévia pelo auditado compromete independência e integridade do relatório, conflitante com NBASP e ISSAI 4000.*/

▼ Questão 67

No contexto da auditoria governamental brasileira, a análise da fidedignidade das demonstrações contábeis é crucial para assegurar a transparência e a adequada prestação de contas na gestão de recursos públicos. No que concerne aos aspectos de materialidade e relevância aplicados ao planejamento e à execução da auditoria, assinale a opção correta.

- A A materialidade é definida com base em valores monetários absolutos, sem considerar os objetivos qualitativos do setor público.
- B No planejamento da auditoria, devem-se identificar as áreas críticas a serem priorizadas com base na materialidade e na relevância, considerada a probabilidade de ocorrência de erros e o seu possível impacto nas contas auditadas.
- C No setor público, a relevância deve se limitar à conformidade com os créditos autorizados no orçamento público.
- D O conceito de risco na auditoria se aplica apenas a eventos passados e não interfere na avaliação da materialidade.
- E A materialidade é uma métrica quantitativa respaldada em normas internacionais de auditoria, sem necessidade de adaptação ao contexto brasileiro.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. A NBC TA 320 (Materialidade em Planejamento e Execução da Auditoria) estabelece que a materialidade deve considerar tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos, especificamente no setor público, onde a relevância das informações está ligada ao impacto social, político e econômico, mesmo quando os valores financeiros são baixos. (Fonte: Conselho Federal de Contabilidade, NBC TA 320, art. 8).*/

||B|| - Correta. O planejamento da auditoria governamental segue as orientações da NBC TI 01 – Normas de Auditoria Governamental e do Manual de Auditoria Financeira do Tribunal de Contas da União (TCU), que enfatizam que os auditores devem identificar áreas críticas com base na materialidade e relevância, utilizando esses critérios para concentrar esforços nas

áreas de maior risco. (Fonte: TCU, Manual de Auditoria Financeira, seção 3.2).*/

||C|| - Incorreta. De acordo com o Manual de Auditoria Operacional do TCU, a relevância no setor público vai além do cumprimento orçamentário, abrangendo também a eficácia, eficiência e transparência na aplicação dos recursos. (Fonte: TCU, Manual de Auditoria Operacional – 2020, seção 1.3).*/

||D|| - Incorreta. Segundo a NBC TA 315 - Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorções Relevantes, o conceito de risco é prospectivo e impacta diretamente na avaliação da materialidade, sendo essencial para prever possíveis falhas que comprometam as demonstrações financeiras. (Fonte: Conselho Federal de Contabilidade, NBC TA 315).*/

||E|| - Incorreta. Apesar de atender às diretrizes das Normas Internacionais de Instituições Superiores de Auditoria (ISSAIs), como as ISSAI 100 e 200, a adaptação ao contexto brasileiro é fundamental para auditores do setor público, considerando o impacto específico das atividades governamentais no Brasil. (Fonte: ISSAI 100, ISSAI 200 e Instrução Normativa TCU n.º 84/2020).*/

▼ Questão 68

Um programa federal de mobilidade urbana transferiu recursos a diversos municípios para a realização de obras públicas, monitoradas por sistemas digitais de acompanhamento. No entanto, o Tribunal de Contas da União (TCU) recebeu denúncias de duplicidade de medições, manipulação de dados e divergências entre laudos físicos e registros oficiais.

Considerando a situação hipotética apresentada, o arcabouço normativo vigente e os princípios doutrinários de auditoria governamental, assinale a opção que apresenta as ações a serem realizadas no âmbito da estratégia de auditoria adequada para o caso em apreço.

- A executar cruzamento de dados nos sistemas digitais; realizar inspeções *in loco*; verificar causas e efeitos das inconsistências; entrevistar equipes técnicas e beneficiários; e evidenciar, nos relatórios de formalização dos achados, os critérios, circunstâncias, recomendações e riscos sistêmicos identificados
- B avaliar a população de municípios, sob a perspectiva estatística; selecionar apenas os municípios que movimentaram volumes financeiros acima do risco tolerável, baseando-se predominantemente nos relatórios enviados pelos gestores das obras; e aprofundar os trabalhos de auditoria
- C confirmar os pagamentos de medições através de circularização bancária; dispensar entrevistas, inspeções físicas e validação das evidências digitais; e comunicar apenas os erros comprovados operacionalmente e que estejam relacionados à não aplicação dos recursos
- D estabelecer a amostra a ser avaliada; priorizar análises estatísticas e documentais dos repasses federais; e acompanhar os pagamentos realizados pelas prefeituras, sem a necessidade de examinar especificidades locais ou visitar as obras denunciadas ao TCU
- E realizar a conciliação dos dados dos sistemas oficiais com as medições recebidas; evitar contato direto com gestores ou beneficiários por motivo de possível conflito de interesse; avaliar a qualidade dos relatórios parciais apresentados; e emitir relatórios sumários sobre as irregularidades apuradas

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Correta. A estratégia proposta articula (conforme Manual TCU, NBASP) múltiplas técnicas e fontes de evidência, abrange

avaliação de causas, efeitos e critérios, utiliza entrevistas e analisa riscos sistêmicos, resultando em relatório sólido e voltado à accountability.*/

||B|| - Incorreta. Limitar-se a grandes volumes pode ocultar padrões fraudulentos distribuídos.*/

||C|| - Incorreta. Circularização isolada restringe a evidência e pode deixar de detectar desvios na execução física das obras.*/

||D|| - Incorreta. O afastamento das características locais prejudica a análise do contexto real.*/

||E|| - Incorreta. Emitir relatório sumário sem triangulação de evidências enfraquece a qualidade técnica do controle e ignora o princípio da transparência.*/

Questão 69

No contexto da auditoria governamental, os sistemas contábeis e financeiros informatizados desempenham um papel fundamental na gestão de recursos públicos. Acerca da auditoria desses sistemas informatizados, assinale a opção correta.

- A Os sistemas informatizados apresentam baixo risco e, por isso, a auditoria é baseada exclusivamente em dados gerados automaticamente.
- B Sistemas públicos informatizados possuem validações automáticas, sendo dispensável a revisão por auditoria manual.
- C A auditoria de sistemas contábeis e financeiros informatizados abrange exclusivamente o ambiente contábil manual relacionado aos dados de entrada, ignorando módulos financeiros e patrimoniais.
- D O foco principal da auditoria de sistemas contábeis e financeiros informatizados está na análise do *software* utilizado, sem necessidade de se examinar relatórios comparativos entre os sistemas e a contabilidade patrimonial.
- E A auditoria de sistemas contábeis e financeiros informatizados deve avaliar os controles internos, a integridade dos dados armazenados e a sua conformidade com as normas contábeis.

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Sistemas informatizados não eliminam riscos, mas os redistribuem. Conforme o COSO 2013 – Framework de Controle Interno, a ausência de controles adequados pode comprometer a confiabilidade das informações e permitir a ocorrência de fraudes ou erros sistêmicos.*/

||B|| - Incorreta. Sistemas automatizados podem apresentar falhas de parametrização ou configurações errôneas. O Manual de Auditoria de Tecnologia da Informação do TCU orienta que a auditoria manual deve complementar os testes automatizados para identificar lacunas.*/

||C|| - Incorreta. Sistemas modulares são interdependentes. Auditorias governamentais precisam avaliar a integração entre os módulos contábil, financeiro e patrimonial, conforme destacado pela Instrução Normativa TCU n.º 84/2020.*/

||D|| - Incorreta. Segundo a IT Governance Framework (COBIT 2019) e o TCU, a análise abrange não apenas o software, mas também as informações geradas, os relatórios comparativos e os impactos decorrentes.*/

||E|| - Correta. Conforme o Manual de Auditoria Operacional do TCU, a auditoria de sistemas deve incluir a avaliação de controles internos e integridade dos sistemas para garantir a

conformidade com as leis orçamentárias e as NBCs no setor público.*/

Questão 70

No curso de uma auditoria governamental sobre demonstrações contábeis, os auditores identificaram diversas deficiências nos controles internos do ente auditado, bem como problemas de conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Além disso, verificou-se que o responsável pela entrega de documentos do ente auditado relutava em disponibilizar informações detalhadas sobre suas estimativas contábeis, alegando que esses dados não eram relevantes para a auditoria.

A partir da situação hipotética precedente e considerando o papel do auditor no setor público, assinale a opção correta.

- A A ausência de informação detalhada sobre estimativas contábeis não compromete a qualidade geral das demonstrações financeiras, desde que o auditor confirme que os saldos apresentados no balanço estão tecnicamente equilibrados e alinhados às notas explicativas existentes.
- B As deficiências de controle interno e a indisponibilidade de informações sobre estimativas não impactam diretamente o resultado da auditoria, desde que o auditor observe outros aspectos, como o cumprimento orçamentário e financeiro.
- C Caso a administração do ente auditado não colabore fornecendo todas as informações solicitadas, o auditor deve automaticamente emitir parecer adverso e concluir que as demonstrações financeiras não atendem à estrutura de relatório aplicável.
- D O auditor deve destacar no relatório a falha no acesso às informações detalhadas de estimativas contábeis, bem como deve avaliar os controles internos relacionados, podendo decidir por restringir o parecer caso as limitações prejudiquem a análise adequada dos dados.
- E O auditor, ao se deparar com resistências da administração, deve solicitar ao gestor público a substituição do responsável contábil e seguir a auditoria com base nas evidências documentais já disponíveis no ente público.

Espaço livre

||JUSTIFICATIVAS||

||A|| - Incorreta. Conforme a NBC TA 540 (Auditoria de Estimativas Contábeis e Divulgações Relacionadas) e a NBC TSP 12 (Demonstrações Contábeis do Setor Público), as informações sobre estimativas contábeis são essenciais para avaliar a confiabilidade das demonstrações financeiras, especialmente no setor público, onde decisões políticas e de política pública dependem dessas informações.*/

||B|| - Incorreta. As deficiências nos controles internos e a falta de transparência impactam diretamente a credibilidade e a integridade das demonstrações contábeis. A NBC TA 265 exige que o auditor avalie cuidadosamente essas questões e documente os riscos de distorção nas demonstrações financeiras. (Fonte: NBC TA 265, seção 4).*/

||C|| - Incorreta. A emissão de parecer adverso depende de uma análise mais completa do impacto da limitação na capacidade de auditoria. A NBC TA 705 prevê a emissão de parecer adverso apenas quando há distorções relevantes e generalizadas, enquanto a opinião com abstenção é o caminho mais adequado para tratar uma limitação severa de escopo no fornecimento de informações.*/

||D|| - Correta. A ausência de transparência em estimativas contábeis constitui uma restrição de escopo, prevista na NBC TA 705 (Opinião Modificada no Relatório de Auditoria Independente). Além disso, a NBC TA 265 (Deficiências de Controle Interno) determina que qualquer deficiência identificada nos controles internos seja comunicada formalmente no relatório para que os responsáveis possam tratar o problema.*/

||E|| - Incorreta. O auditor não tem competência nem autoridade para solicitar a substituição de responsáveis administrativos (gestores ou contadores). Sua função é evidenciar os problemas e, se necessário, reportá-los aos órgãos de controle externo. (Fonte: NBC TA 250, seção 6 – Consideração das Leis e Regulamentos na Auditoria).*/